



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 33 - Nº 646 - DE 5 A 19 DE SETEMBRO DE 2021 - R\$ 4,00

Viva a manifestação de 7 de setembro no Anhangabaú!

Fora Bolsonaro e bolsonaristas da Av. Paulista!

**Por uma Carta de Reivindicações em defesa
dos empregos, salários e direitos trabalhistas**

**Que a manifestação do Anhangabaú sirva para
que as centrais, sindicatos e movimentos se
coloquem pela convocação de um Dia Nacional
de Luta, com paralisações e bloqueios**

83 ANOS DA FUNDAÇÃO DA IV INTERNACIONAL

**O POR luta pela reconstrução do Partido
Mundial da Revolução Socialista**

*Que a vanguarda com consciência de classe fortaleça
as fileiras do marxismo-leninismo-trotskismo*



Aprofunda-se a divisão interburguesa É necessário organizar e mobilizar a classe operária

Bolsonaro e seus generais prepararam uma grande demonstração em 7 de setembro, principalmente em São Paulo. A Avenida Paulista será o epicentro. Doria compactuou com esse objetivo, ao ceder às pressões dos empresários, policiais e politiquinhos bolsonaristas. O movimento “Fora Bolsonaro” se viu obrigado a realizar sua manifestação no Vale do Anhangabaú. A prevalência da vontade de Bolsonaro se deveu à força do poder econômico, e à fraqueza do movimento oposicionista, que depende das direções sindicais e políticas vinculadas aos trabalhadores. Neste episódio, venceu a ultradireita, com auxílio da direita liberal. Não há que desprezar esse fato, uma vez que expressa a ausência da classe operária organizada, que tem permanecido à margem da luta contra o governo fascizante, antinacional e antipopular.

O bloqueio imposto pelas direções sindicais colaboracionistas, durante esse longo período de pandemia, ainda persiste. Na ausência da classe operária mobilizada e organizada, reside a capacidade da ultradireita se manifestar no sentido de um golpe de Estado. Bolsonaro resiste em ceder o poder. Por enquanto, não teme a possibilidade de um impeachment. Teme a perda de força eleitoral. E seus generais temem, sobretudo, a volta do PT ao poder, encabeçado por Lula.

Se essa previsão se confirmar, a ultradireita não verá justificativa para o golpe institucional de Estado de 2016, que derrubou Dilma Rousseff. Eis por que os bolsonaristas fascizantes não se contentam em ter servido de instrumento para as contrarreformas, em especial a trabalhista e previdenciária, bem como para andar com as privatizações. Sua meta era e é mais ambiciosa. Buscam uma contrarreforma do que se denominou grosseiramente “pauta de costume”, no fundo sectária, religiosa e retrógrada.

O bolsonarismo se revestiu de um movimento evangélico, fundamentalmente pentecostal. Mas, o mais importante é seu pilar econômico. Conta com uma importante fração do agro-negócio, fazendeiros, grileiros, madeireiros, entre outros. O “Movimento Brasil Verde Amarelo” é expressão de capitalistas do agro, que se potenciaram internamente, e que necessitam manter o ciclo de expansão a qualquer custo. Está bem claro que vêm financiando o bolsonarismo, já caracterizado como um movimento social de ultradireita. Os militares, que a contragosto cederam o poder em 1985, depois de 21 anos de ditadura, recuperaram seu posto no centro da governabilidade, com o impeachment de Dilma, a ditadura civil de Temer, e a eleição de Bolsonaro.

O governo de conciliação de classes do PT prestou grandes serviços à burguesia. Como não há como realizar reformas no capitalismo em decomposição, qualquer empecilho que se crie aos capitalistas é motivo de confronto, basta ver os atuais choques em torno ao “marco temporal” da demarcação de terras indígenas.

O bolsonarismo, no entanto, não teve como manter unidas as frações burguesas, que patrocinaram o golpe institucional de 2016, e que apoiaram a ascensão de Bolsonaro. Na medida

em que o governo ultradireitista foi revelando suas limitações e incapacidade para cuidar das profundas contradições da crise estrutural do capitalismo, que é mundial, acirraram-se os conflitos interburgueses. As respostas à Pandemia, que está se aproximando à casa dos 600 mil mortos, ampliaram as divergências políticas no seio do Estado. A intervenção do Supremo Tribunal Federal, que se vem projetando desde a crise do “Petrolão”, no governo Lula, para limitar as ações de Bolsonaro, elevou às alturas os choques institucionais. Os quatro inquiridos contra o presidente da República, que estão nas mãos dos ministros do STF, têm sido considerados pelo governo como violação da independência dos poderes. A contraofensiva de Bolsonaro, apresentando um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, assustou boa parte da burguesia.

A CPI da Covid foi montada como um instrumento para promover o impeachment. Cada vez mais, aperta o cerco político da oposição ao presidente. Mesmo que não tenha ainda chegado ao ponto de viabilizar o impeachment, Bolsonaro reage, para não perder de vez as rédeas da governabilidade. Os ataques de Bolsonaro e bolsonaristas ao STF são acontecimentos inéditos na história política do país. As ameaças de golpe vêm causando uma maior rejeição da fração do grande capital, que tem clareza sobre o seu caráter aventureiro. Em não havendo nenhuma ameaça da classe operária aos interesses gerais da burguesia, a movimentação do governo em direção a um golpe comparece como um espantinho. A gravidade está em que o dilaceramento das relações de poder do Estado pode abrir caminho à luta dos explorados, que não suportam o peso do desemprego, subemprego, miséria e fome.

O manifesto da Febraban, exortando a pacificação entre os poderes da República, foi o sinal mais claro do crescente isolamento de Bolsonaro diante do grande capital. A crise política se caracteriza, portanto, como resultado da divisão interburguesa.

O PT, aliados no movimento “Fora Bolsonaro” e a burocracia sindical – de direita, centro e esquerda – se dedicam a insuflar a ilusão de que a terrível situação da maioria oprimida será resolvida com substituição de Bolsonaro por outro governo. Essa estratégia tem condicionado o curso das manifestações, iniciadas em 29 de maio. Esse é o grande obstáculo para a classe operária se mobilizar e se organizar, no campo da independência de classe.

Sem a presença física da classe operária no Anhangabaú, a manifestação não poderá fazer frente à arregimentação bolsonarista da classe média e camadas populares seguidoras das igrejas evangélicas. De manifestação em manifestação, fica comprovada que a tarefa é pôr em pé um movimento de massas, que tenha por base um programa próprio de reivindicações, a democracia operária, e o método da ação direta.

Viva a manifestação dos trabalhadores e da juventude oprimida no Vale do Anhangabaú! Fora Bolsonaro e bolsonaristas da Avenida Paulista!

Nota do Partido Operário Revolucionário

Não à proibição de Doria! Pelo direito de manifestação dos explorados!

26 de agosto de 2021

As centrais sindicais e movimentos decidiram realizar o ato de 7 de setembro no Vale do Anhangabaú. Os bolsonaristas obtiveram, de Doria, a Av. Paulista. Em seguida, o governador, arbitrariamente, proibiu qualquer manifestação no estado de São Paulo contra Bolsonaro, neste dia. Essa medida autoritária não deve ser respeitada. Que as direções sindicais e políticas da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro” organizem, desde as fábricas, demais locais de trabalho e bairros, a ocupação do Vale do Anhangabaú. Se Doria pretende cercar o local com as tropas de choque, que o faça. Se Doria pretende favorecer o ato dos bolsonaristas, que o faça, colocando a polícia contra os manifestantes, que vêm lutando pelo fim do governo golpista, fascistizante e obscurantista.

Embora as condições para um golpe não estejam dadas, Bolsonaro, uma fração da burguesia e parte das polícias foram claros em se demonstrarem dispostos a uma aventura. Doria foi obrigado a afastar o chefe do Comando de Policiamento do Interior 7, da Polícia Militar de São Paulo, coronel Aleksander Lacerda. E o ministério

público de São Paulo se viu na contingência de abrir um inquérito para apurar se houve “improbidade administrativa”, por parte do coronel da reserva da PM, Ricardo Augusto Araújo, o que inclui também o coronel Lacerda. Não pode haver dúvida de que o presidente da República e os generais se encontram no comando do governo vêm agindo no sentido de mobilizar forças da reação. Doria, ao impedir as manifestações contra esse governo, favorece o golpismo.

É bem possível que os militares tenham dado um ultimato a Doria, para que o dia 7 de setembro, data oficial da independência do país, não seja tomado por manifestantes contrários a Bolsonaro. O Fórum dos Governadores indicou que se objetiva uma aproximação com Bolsonaro, no momento em que este apresentou um pedido de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

A crise política chegou a uma encruzilhada. O movimento pelo impeachment de Bolsonaro não consegue avançar, o choque entre o Executivo e o Judiciário se aproximou de uma ruptura institucional, e a potenciação da candidatura de Lula elevou a

polarização no campo da disputa eleitoral. Os pronunciamentos de policiais e de homens de negócios em defesa de Bolsonaro e contra ministros da Corte são sintomas de desespero dos partidários do presidente, que procuram não perder o terreno conquistado com o golpe de 2016, a eleição de Bolsonaro e a militarização do governo.

O acirramento dos choques no aparato do próprio Estado explica a decisão de Doria, de entregar a Paulista para os bolsonaristas, e proibir a manifestação oposicionista. As centrais, portanto, não podem acatar a proibição completamente antidemocrática e favorável às forças golpistas. Há que recorrer às fábricas, demais locais de trabalho e bairros populares, para realizar uma grande manifestação no dia 7 de setembro. Para isso, é necessário transformar o “Dia dos Excluídos” em ponto de partida para a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Há que se lutar por um programa próprio de reivindicações da classe operária e da maioria oprimida.

***Toda força às manifestações
de 7 de setembro!***

Décima Quarta Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida**Confirmada a manifestação de 7 de setembro, no Anhangabaú
Por uma manifestação massiva e combativa, operária e popular!**

27 de agosto de 2021

A coordenação da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro” decidiu não acatar a proibição do governador de São Paulo, João Doria, que pretende impedir a manifestação no Anhangabaú. O governador do PSDB, além de entregar a Av. Paulista para os bolsonaristas, decidiu, também, transferir arbitrariamente a 5ª manifestação contra Bolsonaro para o dia 12 de setembro.

A confirmação do 27º “grito dos excluídos” responde, tanto ao autoritarismo de Doria, quanto à sua incapacidade de enfrentar os ultradireitistas. Esse fato demonstra o erro das direções sindicais e políticas do movimento “Fora Bolsonaro”, em pretender uma frente ampla com partidos da burguesia, que se dizem oposicionistas ao governo “negacionista” e “genocida”. Erro esse que deriva da estratégia de afastar Bolsonaro pelo impeachment. O que tem causado um desvio de conteúdo de classe das manifestações, que, desde o início, estiveram subor-

dinadas ao jogo político do Congresso Nacional e das disputas eleitorais. As necessidades vitais dos explorados, portanto, ficaram à margem, embora a própria direção do movimento denunciasse a situação de miséria e fome, e demonstrasse bons desejos de que a economia voltasse a crescer, gerando “empregos e renda”.

Não basta, assim, apenas manter a manifestação no Anhangabaú, e repetir duros discursos oposicionistas a Bolsonaro. Não basta manter o movimento limitado a camadas da classe média descontente com o governo ultradireitista. É preciso organizar e mobilizar a classe operária e os demais assalariados, que têm suportado as demissões, a redução de seus ganhos, e o pisoteamento dos direitos trabalhistas. Não há nada mais perigoso para o movimento de massa, que se iniciou em 29 de maio, do que transformar a manifestação do Anhangabaú em palanque eleitoral e festividades.

Lá no espigão da Av. Paulista – centro dos altos negócios da burguesia e sede da Fiesp –, os ultradireitistas se reunirão, não para expressar o seu falso patriotismo sobre a data oficial da independência do Brasil. Mas, sim, para defender os interesses dos exploradores; para defender a política que tem imposto as contrarreformas, as privatizações e o esmagamento das condições de vida da maioria oprimida. Eis por que clamam pela intervenção dos militares na crise política, que vem desagregando as relações institucionais do Estado burguês. Lá estarão a classe média alta branca, os empresários que financiam a ultradireita, os parlamentares das bancadas da “Bala, da Bíblia e do Boi”, os policiais e militares que querem uma ditadura fascista – todos eles, serviçais do grande capital.

Aqui no Anhangabaú – centro velho da capital –, estarão os assalariados, os desempregados, subempregados, pobres e miseráveis, negros e brancos, lutando pelos empregos, salários e direitos trabalhistas; lutando para derrubar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa; lutando para acabar com as privatizações, e reestatizar as privatizadas; lutando por uma saúde pública capaz de proteger os explorados; lutando contra o governo burguês de Bolsonaro e o golpismo. Mas, para que assim seja, as direções do movimento devem abandonar a política de conciliação de classes, devem deixar de criar ilusões de que basta trocar um governo burguês “genocida” por outro mais “humano”, mais comprometido com o assistencialismo, e mais disposto a promover a distribuição de renda, para que os empregos voltem aos milhões, os salários sejam recuperados, o subemprego diminuído, e a fome, banida do mapa.

O capitalismo em decomposição não permite reformas econômicas e sociais, capazes de impulsionar as forças produtivas e elevar as condições de vida das massas. E não se devem confundir as políticas públicas assistenciais com verdadeiras reformas, que atingem os interesses dos latifundiários, do capital financeiro e dos monopólios nacionais e multinacionais. Eis por que nenhum governo que substitua Bolsonaro cancelará a dívida pública, nacionalizará os recursos naturais, imporá o controle estatal do comércio exterior, elevará o salário mínimo de acordo com as necessidades reais da família operária, revogará as contrarreformas trabalhista e previdenciária, erradicará o analfabetismo, criará um sistema único público de saúde e educação, acabará com as mais variadas discriminações de raça e sexo, entre outras tarefas democráticas. Nenhum governo burguês será capaz de impor, ao imperialismo, a independência nacional, uma vez que implica expropriar e nacionalizar os monopólios, que saqueiam o país, e bloqueiam

o desenvolvimento integral das forças produtivas nacionais.

As promessas de que os explorados serão devidamente protegidos da crise econômica e da brutal exploração do trabalho, bastando a remoção de Bolsonaro, são inteiramente falsas e hipócritas. Infelizmente, esse tem sido o conteúdo da bandeira estratégica do “Fora Bolsonaro”. Caso seja mantido no dia 7 de setembro, a manifestação do Anhangabaú não será capaz de se contrapor à manifestação da ultradireita bolsonarista.

A CUT diz que “participará dos atos Fora Bolsonaro levando às ruas a pauta dos trabalhadores, como a defesa do emprego e renda, auxílio emergencial, vacina já, e reforçará a luta contra a ofensiva fascista de Bolsonaro”. Para isso, no entanto, os sindicatos terão de imediatamente realizar as assembleias presenciais, formar comitês de

base, unir empregados e desempregados, e marchar organizados para o Anhangabaú. Se a manifestação não for massiva, classista e combativa, os bolsonaristas do espigão da Av. Paulista farão sombra ao Vale do Anhangabaú. Aumentou, como se vê, a responsabilidade das direções do movimento, diante do presente de Doria aos ultradireitistas.

Estamos obrigados a ocupar todo o Anhangabaú e levantar as bandeiras de emprego, salário, direitos trabalhistas;

contra as privatizações e pela derrubada das contrarreformas. Estamos obrigados a cerrar os punhos coletivamente contra o governo e a burguesia, que sacrificam a vida da maioria oprimida, para protegerem seus capitais e lucros. Estamos obrigados a marchar pela cidade aos gritos, contra a pobreza, miséria e fome, e contra a mortandade causada pela incapacidade da burguesia de reagir com todos os meios possíveis à Pandemia. E estamos obrigados a concluir nossa marcha com a aprovação de um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Um Dia Nacional de Luta convocado sobre a base de uma Carta de Reivindicações, discutida em assembleias e reuniões. Essa é a única resposta para colocar nosso movimento à altura do enfrentamento ao governo burguês de plantão e aos seus ataques sistemáticos às condições de trabalho e vida da maioria oprimida.

O Partido Operário Revolucionário chama a vanguarda com consciência de classe a lutar sob essa orientação classista, contra a ultradireita golpista e a centro-direita que favorece o golpismo. E a combater os desvios impostos ao movimento pela direção reformista e conciliadora.

Viva a manifestação dos trabalhadores do Vale do Anhangabaú!

Abaixo a manifestação bolsonarista do espigão da Av. Paulista!

Se a manifestação não for massiva, classista e combativa, os bolsonaristas do espigão da Av. Paulista farão sombra ao Vale do Anhangabaú. Aumentou, como se vê, a responsabilidade das direções do movimento, diante do presente de Doria aos ultradireitistas.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

Na podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Décima Quinta Carta do Partido Operário Revolucionário

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

1 de setembro de 2021

Os bolsonaristas articulam uma massiva arregimentação de parte da população oprimida, que ainda não compreendeu o papel antioperário e antipopular do governo Bolsonaro. O objetivo da manifestação, a ser realizada na Av. Paulista, é o de superar a composição majoritariamente das camadas da classe média alta, que seguem piamente a ultradireita. Os encontros de Bolsonaro com a cúpula das igrejas pentecostais evidenciaram as manobras para colocar nas ruas uma multidão de evangélicos. Essa é a forma de dar uma fisionomia popular a um movimento de uma fração da burguesia e da classe média rica. Os aparatos policiais e associações empresariais se juntaram para fortalecer a demonstração reacionária dos bolsonaristas no dia 7 de setembro. Está por trás, a ala dos generais que de fato comanda o governo, e que tudo tem feito para manter Bolsonaro à frente da presidência da República.

Foi de extrema importância a manutenção da manifestação convocada pelas centrais sindicais e movimentos, a ser realizada no Vale do Anhangabaú. Diante da ofensiva de Bolsonaro, na procura de apoio popular, cresce a responsabilidade da direção do movimento, que se iniciou em 29 de maio. É preciso que os sindicatos e os movimentos se empenhem ao máximo para mobilizar a classe operária e os trabalhadores desempregados. Isso será cumprido, se for realizada uma grande investida nas fábricas e nos bairros populares. Se forem realizadas assembleias. E se for colocada, na ordem do dia, o programa de reivindicações de empregos, salários e direitos trabalhistas. A direção da Campanha Nacional Fora Bolsonaro tem de parar com a demagogia em torno ao impeachment e as eleições, passando para a defesa das condições de existência da maioria oprimida, unindo empregados, desempregados e subempregados.

É certo que a maioria da população já se desencantou das mentiras eleitorais de Bolsonaro. No entanto, o golpista continua obtendo apoio de empresários, comerciantes, camadas ricas da classe média e policiais. Tem ainda ao seu lado os partidos do “Centrão”, a maioria das igrejas evangélicas, e parte das Forças Armadas. Esse esteio vem garantindo a sobrevivência de Bolsonaro, nas condições de aprofundamento da crise econômica, avanço da miséria, e persistência do alto número de mortos pela Pandemia. Os sucessivos episódios da crise política indicam que o destino de Bolsonaro está nas mãos das forças burguesas opositoras. E essas necessitam do Congresso Nacional e das Forças Armadas para viabilizar o impeachment. Motivos existem de sobra, se se comparar com o afastamento de Collor de Mello e Dilma Rousseff.

O movimento do “Fora Bolsonaro e Impeachment” tem sido colocado na dependência da oposição burguesa, da qual o PT, PCdoB e PSOL, sobretudo, ocupam o lugar de ala esquerda. A ala centro-direita oposicionista se acha dividida e acovardada, diante das façanhas de um governo que se decompõe. O retrato dessa atitude política ficou nítido na reunião do Fórum dos Governadores, que sequer foi capaz de reagir à manipulação de Bolsonaro e bolsonaristas no interior da polícia militar, em quase todos os estados. O gesto de “pacificação”, ainda que diplomático, dirigido ao golpista, mostrou por que até agora não se constituiu a almeja-

da frente ampla pelo impeachment. Doria, que denuncia veementemente a insanidade de Bolsonaro, cedeu a Av. Paulista ao movimento da ultradireita, transparecendo, assim, seus compromissos com setores da burguesia e da classe média, que insuflam o golpismo.

A Campanha Nacional do Fora Bolsonaro, por sua vez, mostrou sua debilidade, ao ter de acatar a decisão de Doria, que entregou a Av. Paulista à ultradireita. Um enfrentamento com o governo de São Paulo e os bolsonaristas depende de uma forte organização do movimento de massa, que tenha por base a mobilização da classe operária, que vem sendo mantida pelas direções sindicais à margem dos quatro protestos. Sem a classe operária organizada, não há como travar um combate ofensivo contra o governo antinacional e antipopular, bem como responder à altura às ameaças de golpe.

É certo que não está em marcha uma poderosa força da burguesia e do imperialismo no sentido de fechar o Congresso Nacional, silenciar o Judiciário e intervir nos sindicatos. A aspiração dos bolsonaristas, portanto, não corresponde às tendências objetivas da crise. Não era preciso que cinco ex-presidentes, entre eles Lula, fossem consultar alguns generais sobre se havia algum risco de crise institucional, que levasse as Forças Armadas a apoiarem as intenções bastardas de Bolsonaro e de sua camarilha militar. Essa movimentação unitária, em nome da “defesa da democracia”, objetiva distrair a atenção dos explorados de suas reais necessidades de luta. É parte dessa política burguesa opositora, os recentes manifestos da Fiesp, Febraban e de um setor da agroindústria, implorando pela “pacificação”.

Tornaram-se, nesse sentido, insuportáveis para a burguesia os episódios diários de conflito entre Bolsonaro e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Volta e meia vem à tona a discussão sobre o impeachment. Agora, fala-se em tornar Bolsonaro inelegível. Está bem à vista que o principal fator do agravamento da crise política se deveu à decisão do STF de considerar o juiz Sérgio Moro, chefe da Operação Lava Jato, como parcial e, portanto, reabilitar os direitos políticos de Lula. O que mudou o quadro da disputa eleitoral, uma vez que o petista tomou a dianteira nas pesquisas de intenção de voto, indicando que poderia derrotar Bolsonaro, e deixar para trás a oposição de centro-direita.

O retorno de Lula e do PT ao poder do Estado vem causando descontentamento entre os militares. Parece-lhes incompreensível e intragável que aqueles que foram defenestrados pelo impeachment voltem a ocupar a cadeira da presidência da República. A fração burguesa ultradireitista, se pudesse, evitaria a possibilidade desse transtorno, mantendo Bolsonaro no seu posto por meio de um golpe, conferindo-lhe um caráter de ditadura bonapartista. A fração centro-direitista, porém, sabe que uma aventura militarista poderia agravar ainda mais a crise política, abrindo caminho para a luta de classes, que vem sendo contida pela política de colaboração do reformismo e de suas direções sindicais.

A experiência tem revelado que o golpe de 2016, embora institucional, foi importante para impor as contrarreformas, e avançar

no plano de privatização, mas não estancou a crise política, que tem em sua base os retrocessos econômicos e sociais. No período do pós-golpe, o PT e aliados se mostraram comportados e capazes de manter as direções sindicais e populares sob sua tutela. O grande capital dá imenso valor à existência de freios à luta de classes.

A nova situação criada pela Pandemia permitiu aos reformistas e burocratas sindicais mostrarem seu imenso valor para a tão almejada “paz social”, que significa submissão dos miseráveis e famintos aos seus exploradores. Durante um ano e três meses, essas direções se uniram, sem exceção, em uma frente de contenção das lutas e de colaboração com a frente dos governadores, em torno à política burguesa do isolamento social. Os ataques à classe operária e demais explorados foram amplos e profundos. A sua vitimização pela Pandemia foi utilizada para bloquear qualquer ação coletiva das massas. Para isso, as direções se dispuseram a aplicar a MP 936, a fechar os olhos para as demissões em massa, a aceitar o fechamento de fábricas, a relevar os impactos das privatizações, e apenas a denunciar as novas medidas antioperárias, como a MP 1045. Somente a ultradireita fascista não viu os inestimáveis favores prestados pela CUT, Força Sindical, CTB, CGT, CSP-Conlutas e outras aos capitalistas, principalmente aos bancos e monopólios, que lucraram muito, mesmo sob a Pandemia. Eis por que os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, mais pobres. Essas mesmas direções permaneceram unidas em torno à bandeira do “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e somente vão romper essa frente no momento em que se definirem as candidaturas.

É nas condições de bloqueio às lutas operárias que as frações da burguesia administram a crise política. E os reformistas contribuem para essa administração. E a melhor forma para cumprir essa função é a de evitar que os explorados se levantem em defesa dos empregos, salários e direitos; que se levantem contra as privatizações; que se contraponham à farsa burguesa da “defesa da vida”, montada por Doria e demais governadores aliados; e que invistam com toda energia à inépcia e ao obscurantismo de Bolsonaro.

Em 7 de setembro, ocorrerá a quinta manifestação nacional, sem que as direções tenham organizado os trabalhadores para ganharem as ruas em defesa de um programa próprio de luta. Corre-se o risco de transformar os atos em festividades, para florescer a bandeira do Fora Bolsonaro, Impeachment e defesa da “democracia”. O Partido Operário Revolucionário convoca os explorados a virem em massa para as manifestações, mas para erguerem uma carta de reivindicações, exigindo:

1) Responder ao desemprego, subemprego e miséria

Aprovar uma campanha nacional pela redução da jornada sem redução dos salários, estabilidade no emprego, escala móvel das horas de trabalho, readmissão dos demitidos na Pandemia, salário mínimo vital – de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora –, recuperação das perdas salariais do último período, e reajuste automático de acordo com a inflação;

2) Combater o fechamento de fábricas e defesa dos postos de trabalho

A luta contra o fechamento de fábricas é parte da defesa geral da força de trabalho. Não pode ficar somente nas mãos deste ou daquele sindicato. A CUT e demais centrais devem responsabili-

zar-se pela resistência operária ao não fechamento de fábricas. A defesa dos postos de trabalho exige: estatização sem indenização, ocupação da fábrica e imposição do controle operário da produção. Essas medidas implicam a mobilização nacional, que o sindicato isolado não tem como realizar. Os acordos de indenização devem ser considerados como um meio dos capitalistas fecharem os postos de trabalho, sem que haja luta em defesa da força de trabalho.

3) Enfrentar as privatizações

Também nesse caso, não pode ficar somente sob a responsabilidade de um determinado sindicato. As centrais e movimentos têm de organizar a luta nacional em defesa da reestatização das empresas já privatizadas, e se opor às novas privatizações, com a bandeira anti-imperialista de fim da desnacionalização.

4) Derrubar as contrarreformas e a MP 1045

As centrais e sindicatos devem encabeçar um movimento para revogar a reforma trabalhista, a previdenciária e a lei da terceirização. E, agora, impedir que o Senado aprove a reforma administrativa e a MP bolsonarista 1045. É inadmissível a subserviência das organizações operárias às decisões do Congresso Nacional, que não passa de um instrumento da oligarquia burguesa. O novo ataque do governo com a MP 1045 vai às últimas consequências na destruição de direitos trabalhistas. Estamos diante do aumento da taxa de exploração e da redução dos salários. É preciso que as centrais e sindicatos decretem guerra a essas decisões do governo e do Congresso Nacional.

5) Defender a vida dos explorados contra a Pandemia

A catástrofe sanitária mostrou que o movimento operário tem de tomar em suas mãos: 1) o controle do Sistema Único de Saúde (SUS); 2) o fim do sistema privado e constituição de um único sistema de saúde pública; 3) a estatização dos monopólios da indústria químico-farmacêutica; 4) a criação de uma rede de farmácias populares, que garanta acesso aos remédios para toda a população.

6) Por um Dia Nacional de Luta, como parte da preparação de uma greve geral

Essa Carta de Reivindicações exige uma tomada de posição concreta das centrais, sindicatos e movimentos: que convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios; que seja organizado sobre a base da convocação de assembleias presenciais, e constituição de comitês de base. Que o Dia Nacional de Luta faça parte da preparação da greve geral, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas.

Que as centrais, os sindicatos e movimentos cumpram sua função classista, de defesa e luta pelas necessidades vitais dos explorados! Que mantenham a independência política diante dos partidos da burguesia, do Congresso Nacional e dos governos! Que não se subordinem aos objetivos eleitorais e às disputas interburguesas! Que se coloquem pelos métodos de luta da classe operária e por sua estratégia própria de poder! Que abandonem imediatamente a política de conciliação de classes! Que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Que preparem a greve geral para combater a miséria e a fome!



Pernambuco

Boletim Nossa Classe, 30 de agosto

O Boletim Nossa Classe trouxe, como política operária, a convocação da manifestação no dia 7 de setembro, em Recife. Com os chamados: Por um “Grito dos Excluídos” massivo e combativo, operário e popular! Que as manifestações aprovem uma carta de reivindicações a Bolsonaro, governadores e patronato, em defesa dos empregos, salários e direitos. Defende que o 7 de setembro sirva para exigir das centrais e movimentos que convoquem um verdadeiro Dia Nacional Luta, com paralisações e bloqueios, que exija da burguesia e seu governo a revogação de todas as contrarreformas (trabalhistas e previdenciárias); contra o fechamento das fábricas e postos de trabalho, por emprego para todos, por meio da divisão das horas de trabalho. Por salário mínimo vital, suficiente para as necessidades de uma família trabalhadora. Por saúde pública e gratuita para todos, por meio da estatização do sistema privado e controle operário. Para isso, as centrais e movimentos devem convocar comitês de empregados e desempregados, e assembleias nos locais de trabalho, moradia e estudo.

Fez a campanha pela derrubada da MP 1045, que não passa de uma extensão à reforma trabalhista, por isso foi denominada de “minirreforma trabalhista”.

O Boletim contém um balanço da campanha salarial dos Rodoviários de Recife, denunciando o acordo assinado pelas direções sindicais. Mostra que a campanha salarial foi iniciada com a proposta de 16,6% de aumento (ganho real + inflação), feita pela direção do Sindicato (PSOL/Resistência). Depois de tentar adiar a negociação para janeiro, a Urbana-PE ofereceu, de julho a outubro, um reajuste de apenas 4,61%, com valores de R\$ 1.159 (cobradores), e R\$2.519 (motorista). E, somente a partir de novembro, um reajuste integral de 9,22%, ficando R\$ 1.210 (cobradores) e R\$ 2.630 (motoristas). O ticket alimentação terá o aumento de 9,22%, passando a R\$ 315. Sem organizar a luta, a direção do sindicato levou a categoria a ficar em um beco sem saída, e aceitar um reajuste muito abaixo de suas necessidades. Diz que a direção do sindicato (POSOL) convocou Assembleia no dia 24 de agosto, para que a categoria decidisse sobre aceitar ou não a proposta apresentada pela Urbana-PE, sem apontar nenhuma resistência à miséria oferecida pela patronal. Não houve



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XVII - 30 agosto de 2021
(11) 99990 3179
nossa.classe@hotmail.com -- www.pormassas.org
fb.com/massas.por -- anchorfm/por-massas

Política operária

Todos à manifestação de 07 de Setembro (sábado), no Derby, às 10 horas!

Por um “Grito dos Excluídos”

massivo e combativo, operário e popular!

Que as manifestações aprovem uma carta de reivindicações a Bolsonaro, governadores e patronato em defesa dos empregos, salários e direitos

No dia 07 de setembro, os movimentos sociais promovem o “Grito dos excluídos”. Chamamos a classe operária, camponeses e juventude pobre a participarem. No dia em que se comemora a “Independência” do Brasil, é preciso lembrar que o governo está privatizando as empresas públicas, desnacionalizando ainda mais a indústria e as terras, cada vez mais submetido aos banqueiros que lucram com a dívida pública. A submissão dos governos aos monopólios faz com que grandes corporações recebam todo tipo de incentivo e subsídio e lucrem muito. Quando eles encontram alguma oportunidade de explorar mais outro país ou região, fecham fábricas, deixam famílias sem emprego, como está ocorrendo com a Ford, LG e, na Região Metropolitana do Recife, com a Kibon.

O Boletim Nossa Classe defende que o ato de 7 de setembro sirva para exigir das centrais e movimentos que convoquem um verdadeiro dia nacional de paralisações e bloqueios que exija da burguesia e seu governo a revogação de todas as contrarreformas (trabalhistas e previdenciárias); contra o fechamento das fábricas e postos de trabalho, por emprego para todos por meio da divisão das horas de trabalho. Por salário mínimo vital, suficiente para as necessidades de uma família trabalhadora. Por saúde pública e gratuita para todos, por meio da estatização do sistema privado e controle operário. Para isso, as centrais e movimentos devem convocar comitês de empregados e desempregados e assembleias nos locais de trabalho, moradia e estudo!

Câmara aprova “Minirreforma trabalhista”, a MP 1.045 de Bolsonaro:

convocação massiva nas garagens e terminais, que apontasse a necessidade da assembleia responder com greve à proposta feita pela patronal. E na assembleia, o PSOL disse que a decisão era da categoria, e que não ia expressar posicionamento. Trata-se de um apoio envergonhado à proposta da patronal. Se a direção não aponta o caminho da luta, a categoria não sente confiança em suas próprias forças e métodos. Na mesa da Assembleia, quem explicou a proposta à categoria foi o advogado. Foi uma assembleia passiva, para tirar dúvidas. Conclui que a defesa dos trabalhadores deve se basear nos métodos de luta próprios da classe operária, para arrancar as reivindicações. Reuniões com a patronal não são métodos de luta em si, devem estar subordinada à luta. A Assembleia deve ser o espaço organizativo, onde se constrói a pauta de reivindicações, os métodos para que sejam atendidas e o comando de mobilização construído pela base, para fortalecer a luta nas garagens, e impedir qualquer acordo rebaixado entre a direção do sindicato e a patronal.

Trouxe, também, a denúncia de que a reivindicação de estabilidade foi abandonada. A readmissão dos demitidos nem é mais tratada, fica só nos corredores da justiça. O mesmo ocorre com a luta contra a dupla função, motorista e cobrador.

Por fim, o Boletim Nossa Classe faz a defesa da constituição de uma verdadeira oposição classista, sobre a base de um programa de luta e métodos próprios dos trabalhadores.

Ceará

Boletim O Proletário, agosto/setembro

O Boletim traz como nota central o desemprego e o trabalho informal da juventude nos bairros. Cita o exemplo do bairro Aracapé, onde a maioria dos jovens vive essa tragédia. Quanto arruma um trabalho, na realidade, é um “bico”, porque não tem carteira assinada, o salário é uma mixaria, e a jornada diária chega a ser de mais de 10 horas (entregadores no ifood, por exemplo). Mostra que não adianta lamentar, é necessário organizar a luta. Disposição de luta, a juventude vem demonstrando nos protestos de rua. O que falta é a

organização coletiva. Está aí o papel das direções sindicais, populares e estudantis. O que implica romper com a política de colaboração de classes, e com a estratégia de conduzir o descontentamento dos trabalhadores e da juventude para as eleições de 2022, portanto, de substituição de um governo burguês por outro.

Duas outras notas dizem respeito à exploração e à destruição de postos de trabalho. Uma denuncia a MP 1045. Diz que, em nome de estimular os empregos de jovens entre 18 e 29 e

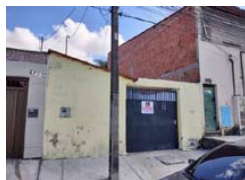
O Proletário

"A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" (K. Marx)

O velho problema dos imóveis sem escrituração no Aracapé

Há 20 anos, os aptos do Aracapé foram entregues aos moradores. De lá pra cá, porém, eles jamais tiveram a sua situação regularizada, o que só pode ser feito com a emissão da escrituração pela Prefeitura. Trata-se de um problema típico da moradia no bairro que se arrasta por anos.

No Aracapé, os moradores dos apartamentos (as conhecidas quadras) nunca possuíram este documento que assegura a propriedade jurídica do imóvel. A grande maioria só tem um documento de "compra/venda" emitido pelo cartório, que na prática



não serve como documento de propriedade, já que ele atesta apenas que houve uma negociação com o imóvel.

Há muito tempo que os moradores cobram da prefeitura a regularização de seus imóveis. Entra gestão e sai gestão, e a Prefeitura não resolve esse problema. Nós do Partido Operário Revolucionário/POR e do jornal O Proletário defendemos a imediata regularização dos imóveis sem qualquer custo para todos os moradores! É preciso organizar um movimento dos moradores de todas as quadras para conquistarem essa reivindicação.

✓ Escrituração já para todos os imóveis!

✓ Pela construção de uma associação de moradores de luta, independente dos vereadores burgueses e governos!

Juventude do Bairro: entre o desemprego e o

até pessoas acima dos 55, essa lei permite que as empresas contratem trabalhadores sem férias, 13º, aviso prévio, FGTS, sem contagem de tempo de trabalho para aposentadoria. Resumindo: sem direitos trabalhistas, e ganhando um salário mínimo de fome. E faz a campanha pela derrubada da MP 1045, que se encontrava no Senado para ser votada. Outra, denuncia o fechamento da Troller-FORD, em Horizonte. Mostra que o fechamento implicará a demissão de 470 operários. Exige que o governador petista estatize a fábrica, sob controle operário, como única forma de manter os empregos.

O Boletim, também, denuncia o descaso da prefeitura para com os moradores dos bairros, que adquiriram há 20 anos, com muito suor, um apartamento popular no Aracapé, e até hoje não têm a escritura do imóvel. Juntamente com esses moradores, o Boletim exige que o prefeito entregue as escrituras, sem nenhum custo. O que significa organizar a luta para conquistar esse direito. Sem luta, os prefeitos continuarão apenas prometendo nas campanhas eleitorais.

Boletim da Corrente Proletária – universidade

O Boletim de agosto trouxe, como chamada inicial, a convocatória para as manifestações de 7 de setembro. Levantou a necessidade de um "Grito dos Excluídos" massivo e combativo, operário e popular, aliada à necessidade de "erguer uma Carta de Reivindicações, centrada na defesa do emprego, salário e direitos!".

A matéria central faz um balanço das manifestações de rua que ocorreram nos últimos meses e, em particular, a manifestação do dia 18 de agosto, centrada na luta contra a Reforma Administrativa. Mostra que não houve ainda disposição das direções das Centrais, sindicatos e movimentos em paralisar as atividades produtivas, e unificar o conjunto dos trabalhadores. Destaca que a política dirigente destas manifestações é de colaboração de classe, porque se origina da bandeira do "Fora Bolsonaro" e do "impeachment", que não são o caminho para derrotar as contrarreformas, como a chamada "minirreforma trabalhista" e a Reforma Administrativa. Coloca, então, que: "Os trabalhadores da Educação, incluindo os docentes dos institutos e universidades federais e estaduais, devem defender que os novos dias de luta sejam dias de paralisação das atividades, de unificação com outras categorias do funcionalismo, e de unificação com a classe operária, o que só pode se dar nas mobilizações de rua. É mais que urgente a aprovação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação de todas as atividades, e com uma defesa de uma Carta de Reivindicações gerais, que parta da defesa dos

empregos, dos salários e dos direitos. Nada de ilusões no Parlamento, nada de ilusões nas eleições de 2022!".

Outra matéria do Boletim é sobre o intervencionismo do governo federal nas instituições de ensino. Mais de vinte e cinco instituições federais de ensino (centros, institutos e universidades) têm, na atualidade, gestores/interventores do governo, alguns dos quais que sequer participaram das chamadas "consultas à comunidade acadêmica". No final de agosto, o sindicato nacional dos docentes, ANDES-SN, lançou uma semana para debater o intervencionismo nas instituições. A política de combate ao intervencionismo é correta, e deve ser incentivada. O Boletim, no entanto, coloca que é impossível dissociar o problema do avanço do intervencionismo, descolado da discussão sobre autonomia universitária, que é limitadíssima, e que não é real, como o próprio intervencionismo atual comprova, e da questão da estrutura antidemocrática das instituições, que é gerida por uma camada de docentes. O boletim defende que: "A luta contra o intervencionismo do atual governo só pode ser efetiva se se ligar à demanda de real autonomia universitária, o que pressupõe a existência dos governos tripartites, ancorados na Assembleia Geral Universitária, e na organização dos orçamentos de acordo com as demandas existentes".

Há também, no boletim de agosto, duas matérias sobre a questão das assembleias virtuais realizadas pela Adufepe

(UFPE). A primeira diz respeito à assembleia que antecedeu ao dia 18 de agosto. O boletim informa da atuação da Corrente Proletária que buscou, mais uma vez, fazer a crítica ao método das assembleias virtuais. Desta vez, com as manifestações de rua já ocorrendo, outros docentes apresentaram também críticas ao método, e propuseram alternativas, como assembleias em espaços abertos do campus. A burocracia dirigente, do PCdoB, deixou a questão aberta. A Corrente Proletária tem feito o chamado aos agrupamentos de oposição (PSOL, PCB), lembrando que eles também aderiram ao método virtual, mas que necessitam, agora, com base na autocritica prática, reagrupar-se para fazer frente à direção burocrática, que só tem se afastado ainda mais da base, com as atividades remotas. A segunda informa sobre assembleia, também virtual, realizada para aprovar um plano de saúde, intermediado pelo sindicato. A Corrente Proletária novamente interveio para denunciar o método da assembleia, e denunciar a própria ação da direção sindical: "A criação do plano de saúde da Adufepe precisará de um capital de R\$ 1,8 milhão de garantia, um recurso que provavelmente corresponde ao valor que a seção sindical deve ao ANDES, após anos de calote. Um recurso pertencente à categoria, que será manejado nessa ação que desvirtua o papel do sindicato".

Por fim, o Boletim trouxe a discussão em torno da organização da chapa para a eleição no SINDISIFPE. A seção

sindical do SINASEFE, que se esvaziou ao longo da última gestão, deve realizar novas eleições. Membros do PSOL convidaram uma militante da Corrente Proletária/POR para compor a chapa que deve concorrer. A Corrente Proletária então divulgou uma Carta demonstrando que se deve fazer uma plenária, convocada amplamente, para debater os pontos principais da chapa, e de uma

eventual direção da seção sindical. O PSOL se opôs ao método democrático, alegando que apenas chamava uma militante, e não o “POR” e seus métodos. O boletim divulgou a “Carta” e informou que a Corrente Proletária não dissocia métodos de ação das reivindicações defendidas pela direção, assim reafirmou que: “Consideramos de primordial importância a atuação no sindicato. Mas não é

possível enfrentarmos a desmobilização da base tratando o processo de escolha para nova diretoria como um simples processo para o funcionamento meramente administrativo da entidade. Reforçamos que é necessário convocar as plenárias presenciais que pautem a formação de chapa para nova diretoria. Assim, coletivizaremos os problemas em torno da importância de construir e atuar no sindicato.”

São Paulo

Armadilha montada pela burocracia da Afuse

Nos dias 27 e 28 de agosto, foi realizado, de forma virtual, o XXIII Congresso Estadual da Afuse. A Corrente Proletária apresentou uma tese, que foi publicada no caderno de teses do sindicato. Só havia duas teses: a da burocracia (Articulação/PT) e a da Corrente Proletária (POR).

A Corrente Proletária fez um pronunciamento, que constou de três pontos: 1) depois de um ano e meio de pandemia, o sindicato continua com as portas fechadas, fazendo eleições e congressos virtuais, com delegados eleitos há três anos. Isso quanto todos os funcionários de escola já estão há muito tempo trabalhando; 2) Esse Congresso não passa de uma farsa, porque não foi preparado pelos trabalhadores da educação e suas decisões não servirão para responder à ofensiva do governo, que mantém o arrocho, um piso salarial de fome, eliminando direitos. Trata-se de uma armadilha para mudar os estatutos do sindicato; 3) e exige que a direção convoque um verdadeiro Congresso, presencial, com delegados eleitos diretamente nas escolas, com as teses previamente publicadas. Um Congresso que sirva para a organização dos funcionários, sob a base das reivindicações mais sentidas e dos métodos de luta próprios dos trabalhadores. Por isso, a Corrente Proletária não apresentou delegados, e não participará dessa farsa, montada pela burocracia do sindicato.

A direção do sindicato e seus seguidores aproveitaram o Congresso para fazer o discurso costumeiro de que “são responsáveis” e que estão em defesa da “vida”. Mostraram-se indignados com as reclamações dos funcionários, que dizem que “não fazem nada”. Procuraram responder que estão sempre onde “são chamados”. Portanto, um discurso choroso, de quem não guarda mais relação com a base. No plano de lutas, ressaltaram duas bandeiras: 1) a “luta pela vida de todos”; 2) retorno total presencial somente com o fim da Pandemia, com ambientes de trabalho munidos de EPIs, e com os protocolos recomendados pela OMS. Como se vê, nada tem a ver com a realidade, porque, desde agosto de 2020, os funcionários estão nas escolas. Rejeitam a proposta de convocação de assembleia estadual presencial, com o argumento de que esse instrumento não serve para a organização dos funcionários, e que basta um plano de lutas. E o Congresso estava aprovando esse instrumento de luta.

Cabe ressaltar que o Congresso virtual tinha um objetivo claro, que era o de modificar os estatutos, para que as reuniões e eleições pudessem ser realizadas pelo sistema online. Assim, concluiu convocando as eleições virtuais para a direção do sindicato, para novembro de 2021.

A Corrente Proletária chama os setores que se reivindicam da oposição para fazer um balanço da farsa montada pela burocracia da Afuse, ou seja, um congresso virtual que não armou os funcionários para responder aos ataques de Doria, mas que deliberou as eleições virtuais.

São Paulo

São Bernardo do Campo Intervenção do POR no ato contra o fechamento da “Fundação Criança”

A “Frente Povo Sem Medo” do ABC realizou um ato, em 20 de agosto, em defesa da permanência da “Fundação Criança” no município. Aproveitando o aniversário da cidade, militantes da esquerda e funcionários municipais se concentraram na praça da Matriz, contra o fechamento Fundação, ameaçada de extinção por parte da prefeitura, através de liminar.

Estavam presentes militantes da UP/UJR, POR, CUT/PT, Sindicato do Metalúrgico do ABC, bem como funcionários municipais vinculados à Fundação. Havia um grande aparato repressivo no local, o que levou a manifestação a terminar antes do horário previsto pela organização. Devido ao aniversário do município, houve um desfile dos bombeiros, que foi usado como argumento pela direção do ato para decidir, sem nenhuma discussão coletiva, por não prosseguir a passeata rumo à prefeitura, como estava previsto. Essa postura expressou a política passiva e conciliadora da direção, que unilateralmente submeteu a manifestação aos aparatos municipais de repressão (GCM), sem avaliar coletivamente a viabilidade de manter a marcha.

O POR interveio, ressaltando a importância e a necessidade da presença da classe operária, e da unidade de empregados e desempregados do município para defender a permanência da Fundação. Colocou-se contra a política de isolar os movimentos, praticado pelas direções sindicais. Defendeu a convocação de uma assembleia geral, que unifique a classe operária do ABC com os servidores públicos para lutar pelos empregos, salários e diretos. Concluiu, denunciando que os ataques aos servidores públicos não se limitam a São Bernardo, e mostrando a necessidade das direções sindicais e políticas de convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações.

Paraná

Retomar o Comitê Unificado, mas que seja para o combate por empregos e salários

Em Londrina, neste 7 de setembro só está programada a tradicional manifestação da igreja católica do “Grito dos Excluídos”. O Comitê Unificado, responsável pelos atos do “Fora Bolsonaro”, foi desfeito, expressando a escassa disposição de luta das organizações que o compuseram.

Nesse momento de agravamento da crise econômica, desemprego e fome da maioria da população, mesmo que de modo deformado, os atos pelo “Fora Bolsonaro” também expressavam a revolta instintiva das massas contra o governo e a burguesia. Porém, para os sindicatos e partidos que compunham o Comitê Unificado, as manifestações são apenas espaços do seu eleitoralismo e da política de colaboração de classes, principalmente por se recusar a incorporar como centro de suas reivindicações a luta por empregos, salários e direitos, na prática escondem a gravidade da fome e o desemprego que castigam milhões de brasileiros.

(...) para os sindicatos e partidos que compunham o Comitê Unificado, as manifestações são apenas espaços do seu eleitoralismo e da política de colaboração de classes, principalmente por se recusar a incorporar como centro de suas reivindicações a luta por empregos, salários e direitos, na prática escondem a gravidade da fome e o desemprego que castigam milhões de brasileiros.

Nesse contexto, é que deve ser analisada uma nota emitida pelo PSOL Londrina, em 24 de agosto, que inicia com uma falsificação histórica para justificar seu democratismo, seu apego e a defesa da democracia burguesa ao afirmar que: “Historicamente, o fascismo clássico foi derrotado com um amplo movimento de massas, como ocorreu na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal”. O fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha derrotaram as forças opositoras e tiveram apoio de massas, precisando de uma guerra de 5 anos para que os países aliados os derrotassem. Já na Espanha e Portugal, o franquismo e o salazarismo morreram praticamente de velhice, mas para o

PSOL foram derrotados por “um amplo movimento de massas”.

Substantivamente, a nota propõe a “reconstituição política do Comitê Unificado entre as organizações que, de fato, querem construí-lo”, mas, por unificado, o PSOL entende apenas a sua junção com grupos tão democratizantes quanto eles, excluindo automaticamente aqueles que segundo o PSOL querem “implodi-lo”.

Esta caracterização pode ser correta ou incorreta, mas não pode ser jogada gratuitamente ao leu. O que precisa ser feito é um balanço sério da trajetória do Comitê Unificado, feito por todos os grupos que o compuseram. Afinal, chamaram a população da cidade a participar de quatro manifestações, recentemente pelo “Fora Bolsonaro”. Mas o PSOL certamente não considera isso necessário. Passa por cima disso e propõe a reconstituição de um aparelho eleitoral, pois, segundo eles: “O entendimento é de que muitas demandas e lutas decorrem, direta ou indiretamente, de termos na presidência da República um neofascista miliciano”, sugerindo implicitamente, que a saída é a substituição de um governo burguês por outro governo burguês.

A nota chega ao cúmulo de se contradizer quando na conclusão afirma: “não compactuamos com posturas autoritárias de ultimatos”, mas, no início do mesmo parágrafo questiona a participação daqueles militantes e/ou movimentos que, segundo o PSOL querem, “... implodi-lo internamente e que, consciente ou inconscientemente, acabam prestando um serviço às forças da reação ao agirem de forma individualista com atos depredatórios”.

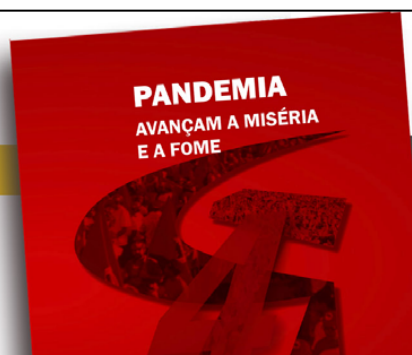
A CPE/POR defende a importância das mobilizações populares e a necessária unidade das correntes, movimentos e sindicatos. Mas entende que o objetivo não pode ser o “Fora Bolsonaro”, pois essa bandeira expressa a perspectiva eleitoral e de colaboração de classes. Defendemos um amplo movimento unificado pelos empregos, salários e direitos, baseado nas assembleias presenciais e com mobilização da classe operária. Defendemos sim a reconstituição do Comitê Unificado, mas sem restrições apriorísticas, com ampla democracia interna para a crítica e autocrítica. É por essa via que os explorados se chocarão com o governo antinacional e antipopular, e avançarão na sua organização independente.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Luta indígena contra o “marco temporal”

Somente lutando em unidade com a classe operária e campesinato é que os povos indígenas conquistarão sua autodeterminação

Desde 22 de agosto, milhares de indígenas estão acampados em Brasília, devido ao andamento das discussões no Congresso e STF sobre a PL 490, que define a data da promulgação da Constituição de 1988 como o “marco temporal”, a partir do qual serão consideradas as demarcações de terras indígenas. Segundo essa tese, qualquer reivindicação ou ocupação de terra realizada após 1988 não será considerada. No dia primeiro de setembro, algumas cidades também tiveram manifestações convocadas por grupos em apoio à Articulação dos Povos Indígenas. Em São Paulo, a manifestação ocorrida no Largo da Batata reuniu cerca de uma centena de pessoas. A polícia não permitiu que o ato ocupasse a avenida, que acabou por se resumir a uma sequência de atividades cerimoniais realizadas pelos indígenas. Foi destaque a quase que completa ausência de partidos e organizações sindicais, es-tudentis e populares na manifestação.

No período recente, cerca de um terço dos conflitos no campo no país envolvem indígenas, e vêm aumentando principalmente após a crise capitalista mundial, deflagrada em 2008, passar a atingir mais diretamente o Brasil, já em 2014. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, de 2016 a 2018, durante o fim do governo Dilma e todo o governo Temer, o número de conflitos no campo variou

de 1400 a 1550, representando um aumento aproximado de 11% a 17%, em relação aos anos de 2011 a 2015. Em 2019, já durante o governo Bolsonaro e o último ano do qual se têm dados, o número de conflitos saltou para 1850. Ainda no governo Bolsonaro, foi instituída uma campanha aberta, objetivada em “passar a boiada”, baseada no desmantelamento de instituições e organizações voltadas para as questões indígena e ambiental, como a FUNAI, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e outras, com dezenas de exonerações e cortes de gastos.

Assim, a recente ampliação do avanço da opressão às nacionalidades indígenas, agora expressa pela PL 490, se dá no contexto de ampliação da crise econômica e sanitária, e em função do processo de expansão do agronegócio e mineração, que reforça a condição do país na condição de exportador de matéria primas. Nesse contexto, incorre no erro, a crença de que a luta dos indígenas, que atualmente se encontra majoritariamente isolada e objetivada na pressão parlamentar, obterá qualquer vitória se assim se manter.

O essencial é que a opressão às nacionalidades indígenas é intrínseca ao capitalismo, e não poderá ser superada pelo mesmo, sobretudo em sua atual fase de decomposição. A inserção no Brasil, de fora para dentro, das formas de produ-

ção baseadas na propriedade privada e na exploração do trabalho – seja escravo ou assalariado – que se iniciou no século XVI, se chocou diretamente com a forma de produção comunal praticada pelos indígenas – que nega a propriedade privada e a exploração sobre o trabalho – e, portanto, só pôde se dar em função do genocídio desses povos junto à destruição dos ecossistemas naturais. Assim, no quadro de aprofundamento da crise e necessidade, por parte da burguesia e oligarquias, de preservar sua taxa de lucro, o avanço da opressão às nacionalidades indígenas é inevitável.

A luta dos indígenas pela autodeterminação e contra a opressão nacional passa inevitavelmente pela unidade com a classe operária – única capaz de levar a frente um programa de expropriação da propriedade privada, e que ponha fim a qualquer opressão de classe – e campesinato – que, assim como as nacionalidades indígenas, se choca diretamente com os latifundiários e oligarcas. Somente a unidade da maioria oprimida em luta por meio de seus métodos próprios pode impor à minoria opressora a autodeterminação das nacionalidades indígenas, na medida que a toma como parte de suas reivindicações elementares por empregos, salários e um plano emergencial para responder à crise sanitária e econômica.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



Rondônia

Expansão do agronegócio intensifica as chacinas de camponeses pobres

Responder com o programa de luta dos explorados

No dia 13 de agosto, integrantes do movimento que luta pela terra foram mortos por militares na área, que é cobiçada por pecuarista do agronegócio, e fornecedores de gado para a JBS. Três lavradores da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foram mortos durante ação policial na zona rural de Porto Velho. Estes camponeses, Amarildo Aparecido Rodrigues, Amara José Stoco Rodrigues, e Kevin Fernando Holanda de Souza, estavam no acampamento “Ademar Ferreira”, no distrito rural de Nova Mutum Paraná, quando foram mortos por policiais do Batalhão de Choque e do Batalhão de Operações Especiais (Bope). Essa situação se vem repetindo frequentemente. Trata-se do avanço do agronegócio e das empresas frigoríficas, que contam com o aparato repressivo do estado para expulsar os camponeses das terras. Para isso, espalham o terror e executam lideranças que organizam a resistência contra a perda de sua fonte de existência, a terra.

O poder econômico das empresas faz parte do Estado, que dispõe da justiça e da polícia para protegê-lo. A força dos camponeses está na aliança com a classe operária e os demais oprimidos. Está na defesa do programa proletário, que tem como estratégia a expropriação da burguesia, e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A área onde ocorreu a ação policial é marcada por intenso conflito agrário. Recentemente, em março, a imprensa denunciou o cerco policial aos militantes da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), no acampamento “Tiago dos Santos”, vizinho ao acampamento “Ademar Ferreira”, onde ocorreram essas mortes.

A JBS, que se estabeleceu em Rondônia, nos municípios de São Miguel do Guaporé, Vilhena, Rolim de Moura e Pimenta Bueno, se vem expandindo, em detrimento da preservação da floresta e de vidas dos camponeses pobres. Lembremos que a JBS é uma empresa milionária, com negócios em vários estados e no exterior, denunciada pelos escândalos de corrupção, mas que acabou sendo protegida pelo Estado e sua justiça. Além da JBS, outros frigoríficos estão se estabelecendo no estado. O Marfrig Foods, em Rolim de Moura; o Mar-

frig Chupinguaia, em Chupinguaia; e o Marfrig Global Foods, em Ji-Paraná, mas a JBS é ainda a maior empresa. Tal situação agrava a pressão sobre os camponeses pobres e os pequenos agricultores, que diariamente vivem o terror de perder suas terras e vidas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem denunciando e contabilizando as crescentes chacinas de camponeses. Responsabiliza o Estado pelo desmonte das políticas públicas agrárias e socioambientais, e pelos processos de “Regularização Fundiária”, que beneficiam os grileiros de terras e das empresas do agronegócio. O que tem estimulado a violência contra povos indígenas, quilombolas, camponeses e demais comunidades tradicionais. No entanto, essas denúncias não têm servido para a organização da luta unitária dos trabalhadores da cidade e dos camponeses. As direções sindicais e populares permanecem nos discursos inflamados contra os assassinatos, mas não se colocam pela constituição da aliança dos explorados da cidade com os camponeses, que tem como ponto de partida a formação dos comitês de luta e as manifestações de rua. Sem essa unidade, não tem como, isoladamente, os camponeses se defenderem das ameaças e das matanças. O poder econômico das empresas faz parte do Estado, que dispõe da justiça e da polícia para protegê-lo. A força dos camponeses está na aliança com a classe

operária e os demais oprimidos. Está na defesa do programa proletário, que tem como estratégia a expropriação da burguesia, e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. É desde já que os explorados devem lutar por esse programa.

O POR chama as centrais, os sindicatos e movimentos sociais a romperem com seu imobilismo, e a defenderem efetivamente os camponeses pobres das constantes perseguições, prisões e assassinatos. Defesa essa que passa pela organização da luta unitária de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores da cidade, com os métodos próprios dos trabalhadores. O que implica convocar as reuniões, plenárias e assembleias presenciais, para que seja aprovada uma Carta de Reivindicações e as formas de luta para conquistá-las.



Senado rejeita a MP 1045

Não se iludir com a “vitória” sem luta

Depois de ser aprovada na Câmara de Deputados, a MP 1045 foi reprovada pela maioria dos senadores. Boa parte a rejeitou, sob o argumento de que era preciso de mais discussão, particularmente das emendas que foram acopladas à medida provisória original, que substituiu a MP 936, a qual reduzia a jornada e salários, e suspendia os contratos de trabalho. Outros parlamentares, que aprovaram a MP 936, discursaram contra a MP 1045, sob ao argumento de que não trouxe mais empregos. E os mais “radicais”, denunciaram a MP 1045, dizendo que se tratava de uma “minirreforma trabalhista”. Os senadores favoráveis à MP reproduziram as justificativas do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que os adendos permitiriam que uma parcela de jovens tivesse assegurado o seu primeiro emprego. Houve uma tentativa de manobra por parte do relator no Senado, que retirou as emendas que alteravam a CLT, e manteve os “programas de geração de empregos” (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego/Priore, Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva/Requip e o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário). Temendo que a MP voltasse à Câmara de Deputados e fossem incluídas as mudanças na CLT, 47 senadores a rejeitaram e 27 mantiveram o voto a favor. Assim, a MP 1045 foi arquivada.

As direções sindicais, no período de votação da MP 1045, fizeram inúmeras denúncias das emendas que foram acopladas. Entre

elas: o fim da carteira assinada, contrato de trabalho com salário menor que o mínimo, fim do 13º, das férias remuneradas e do FGTS, etc. E estiveram no Congresso Nacional para “dialogar” com os parlamentares. Portanto, fizeram um movimento institucional, de “pressão” aos deputados e senadores. Não houve uma verdadeira campanha junto aos trabalhadores, no sentido de organizar a luta contra a MP 1045. Lembremos que a MP 1045, sem as emendas e os tais programas criados por Guedes, é a mesma MP 936, que foi implementada por vários meses, com o aval das direções sindicais e de suas assembleias virtuais. O que provocou uma ampla redução salarial. Agora, depois da rejeição no Senado, cantaram vitória do movimento sindical. Nas palavras do presidente a CUT, “*Rejeição da medida é resultado e do trabalho institucional muito bem organizado pelo movimento sindical dentro do Congresso Nacional, uma conquista da unidade das centrais sindicais e das bases nas ruas*”. Esses impostores vivem agarrados na barra das calças dos parlamentares, e assim se negam a organizar a luta desde as fábricas.

O governo Bolsonaro poderá reeditar essa Medida Provisória, no próximo ano. Temporariamente, a MP 1045 foi para a gaveta. Esse revés do governo não elimina as pressões dos capitalistas para que medidas violentas como essa voltem a ser colocadas. Somente a classe operária em luta para pôde de fato derrotar a ofensiva do governo e da burguesia.

Campanha salarial sem mobilização é derrota para os trabalhadores

As direções sindicais não estão empenhadas em organizar uma verdadeira campanha salarial. A maioria realizou assembleias virtuais, para aprovar a pauta de reivindicações, que tem servido apenas de vitrine para as “negociações” com a patronal. Quando a corda aperta muito, essas direções entregam um aviso de greve às empresas. Mas, tudo não tem passado de uma encenação teatral. Isso porque se recusam a preparar a luta para enfrentar os capitalistas. Basta ver o que ocorre com a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC e de São José dos Campos. Não citamos o caso dos metalúrgicos de São Paulo, sob o comando da Força Sindical, porque é abertamente pró-patronal.

O resultado não poderia ser outro. A inflação é a maior para o mês, desde 2002, e os reajustes salariais sequer cobrem a inflação do período. Um exemplo: as negociações com data-base em agosto precisam de um reajuste de 9,85%, somente para equilibrar com a inflação, de janeiro de 2020 a julho de 2021. No entanto, a maioria dos sindicatos aceitou os acordos iguais ou abaixo do INPC. Dois exemplos: o setor de serviços foi o pior, e 51,4% do comércio mal conseguiu o INPC da data-base. O que significa que os patrões estão firmes em manter os salários arrochados. E as direções sindicais estão sem a força da base organizada para enfrentar a patronal.

Isso ocorre porque as direções se recusaram a preparar a luta para impor as reivindicações, entre elas, a reposição salarial. Mantiveram os setores isolados, rejeitaram as assembleias presenciais unificadas, e se limitaram a discursar que os patrões estão muito mais intransigentes. As consequências recaem inteiramente sobre os trabalhadores, que estão submetidos a essas direções colaboracionistas. Eis aí a tarefa urgente de organizar as oposições classistas e de luta, desde as fábricas e demais locais de trabalho.

Tarifa de energia

Governo Bolsonaro lança mais um ataque aos explorados

O aumento da tarifa de energia elétrica terá um duro impacto na vida da maioria dos trabalhadores. Será a segunda elevação do valor desde o fim de junho. Estima-se que a elevação será de 50%.

A situação dos trabalhadores já é extremamente difícil. Com a inflação galopante, os produtos de primeira necessidade estão subindo todos os dias. Dados do Dieese, no mês de julho, indicam que a cesta básica chegou a R\$ 656,92, em Porto Alegre. O botijão de gás passou a ser vendido a quase R\$ 100. Agora, o governo impôs a bandeira “Escassez Hídrica”, elevando de R\$ 9,49, para R\$ 14,20, a cada 100 quilowatts-hora consumidos. Essa política faz parte do plano de privatização, que levou a entrega da Eletrobrás e de várias empresas estatais de abastecimento de água.

As direções sindicais e populares estão denunciando mais esse assalto aos bolsos dos explorados. Mas, mantêm a classe operária à margem das manifestações que vêm ocorrendo, desde 29 de maio. Rejeitam convocar as assembleias presenciais para aprovar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e contra as privatizações. Sem organização e luta direta, os discursos contra os ataques se esfumam.

Greve na MRV por aumento no PLR

A luta deve ser por reposição e aumento salarial

Os operários da MRV, em Campinas, ficaram em greve, por 47 dias, para forçar o patrão a aumentar o valor do PLR. A proposta da construtora era pagar entre R\$ 30 e R\$ 390. Com a longa greve, houve o acordo de pagamento, referente ao ano de 2020, no valor de R\$ 700, além dos R\$ 390, já pagos. Para 2021, o valor será de R\$ 830. Além disso, houve o compromisso da empresa de garantir a estabilidade por 90 dias.

A MRV é uma poderosa construtora, que emprega milhares de trabalhadores da construção civil, pagando sa-

lários de fome, e submetendo-os a uma brutal exploração. Volta e meia, as direções sindicais são obrigadas a recorrer à greve, em boa parte pelas condições precárias de trabalho e cortes de direitos trabalhistas. Essa greve, de mais de quarenta dias, se limitou a unidade da MRV de Campinas. Não houve nenhum esforço por parte das direções, que envolvem sindicatos vinculados a diferentes centrais, de unificar o movimento grevista, objetivando a reposição salarial e outras reivindicações desse setor explorado. Sabemos que grande parte dos sindicatos abandonou a luta

pela recomposição salarial, e se limita a negociar algumas migalhas a mais para o PLR. E o PLR nada mais é do que uma forma do patrão manter os salários miseráveis.

O Boletim Nossa Classe de agosto denuncia as direções sindicais que estão ludibriando os operários, ao substituírem a luta pelo aumento salarial pelo PLR. Denuncia que o PLR serve para ampliar a exploração dos trabalhadores. Por isso, é preciso dar um basta a essa enganação, e retomar a luta pelo aumento salarial, convocando as assembleias gerais presenciais.

MANIFESTAÇÃO DE AMBULANTES NO CENTRO DE SP

No dia 27/08, ambulantes e camelôs da região do Brás, Centro de São Paulo, realizaram uma manifestação contra as recentes operações da Prefeitura de São Paulo (prefeito Ricardo Nunes, MDB) e a favor do direito de poderem trabalhar no bairro. As operações, extremamente repressivas, são encampadas pela prefeitura regional da Mooca, responsável pela fiscalização na região, com apoio da Guarda Civil Metropolitana e Polícia Militar, onde apreendem as mercadorias dos ambulantes, impossibilitando a venda dos produtos nas ruas.

A manifestação contou com aproximadamente mil ambulantes que saíram em marcha, das ruas do bairro do Brás, até a sede da Prefeitura, região do Vale do Anhangabaú. Simultaneamente a essa ação, feirantes que atuam na chamada “Feirinha da Madrugada”, e que também tem sofrido com as recentes operações da prefeitura, seguiram para a frente da sede da prefeitura regional da Mooca. Além do fim da repressão, esses trabalhadores reivindicam da prefeitura a regulamentação e liberação de trabalho na região, como também um plano de trabalho para organizar todos esses trabalhadores.

Mesmo durante a Pandemia, a prefeitura regional da Mooca realizou diversas operações de apreensão de mercadorias, confiscando produtos dos ambulantes e camelôs, que

atuam na região central da cidade. Desde o início deste ano, a prefeitura fez mais de 3.500 apreensões na região do Brás. Essas ações repressivas têm gerado confronto, entre os fiscais da gestão municipal e os vendedores ambulantes, como a do último dia 26/08, onde agentes da prefeitura fizeram mais de 100 apreensões de mercadorias, que eram vendidas por ambulantes e camelôs na região.

A condição dos ambulantes e camelôs é reflexo da desintegração econômica capitalista e que se agravou com a crise pandêmica da Covid-19. Esses trabalhadores são vítimas do desemprego estrutural, do fechamento de empresas e das demissões, e assim são jogados para o subemprego e para informalidade.

O Partido Operário Revolucionário apoia a luta dos ambulantes, camelôs e feirantes, assim como o fim das operações de repressão, realizadas pela prefeitura de São Paulo. E exige que as direções sindicais e populares convoquem as reuniões e assembleias presenciais para organizar a luta desses trabalhadores. E defende a unidade da classe operária e dos demais explorados em defesa dos empregos a todos, redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, salário mínimo vital e direitos trabalhistas, bem como o fim das contrarreformas e das terceirizações.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Realizada a plenária estadual da CUT

Ocorreu, nos dias 27 e 28 de agosto, a 16ª Plenária Estatutária da CUT-SP, pela via virtual. O encontro foi marcado por um balanço das atividades da Central no último período, que buscou mostrar uma CUT “que não saiu das ruas durante a Pandemia”. Trata-se de uma distorção da realidade, pois, na verdade, esteve debaixo da política burguesa do isolamento social, abrigada sob a consigna do “fica em casa”. Tal embelezamento, por sua vez, se impôs como uma necessidade para a direção petista, interessada em colocar o aparato sindical a serviço da candidatura de Lula, em 2022.

Relato do primeiro dia

No primeiro dia, houve praticamente só a aprovação do Regimento, falas de ex-presidentes da CUT-SP, de representantes das outras centrais, do atual presidente, Douglas Izzo, e do presidente nacional, Sérgio Nobre. Falaram também o Haddad e o Lula, sendo a intervenção deste a última da programação.

Na parte do Regimento, houve dois destaques, um da corrente O Trabalho (PT), sobre o corte de 20%, dado que não teria como recolher assinaturas em um encontro virtual (foi mantido mesmo assim); o outro foi apresentado pelo POR, contendo a defesa do método presencial de discussão e deliberação, não só para a 16ª Plenária da CUT-SP, mas como uma orientação geral, para que os sindicatos convocassem as suas assembleias e reuniões de base presenciais.

O POR fez a defesa da proposta, dando centralidade à necessidade de erguer a luta ao redor das reivindicações mais sentidas das massas, com o método da ação direta, o que exigia a convocação das instâncias presenciais dos sindicatos e centrais. O formato virtual praticamente impede aferir a recepção por parte dos delegados. Durante o debate, a *Contribuição* do POR foi publicada no chat, para que os delegados pudessem conhecer a tese – dado que não foi incorporada pela direção ao Caderno geral de contribuições.

A defesa da manutenção do texto, ou seja, de manutenção do formato virtual (contra a proposta do POR), se baseou: 1) no fato de que a Plenária teria sido preparada por outras instâncias anteriores, que haviam decidido sobre isso; 2) que a proposta *porista* implicaria cessar todos os trabalhos e preparar tudo novamente (local, estrutura etc.), o que levaria a um atraso geral, e 3) que ainda estaríamos diante de uma Pandemia, e que seria arriscado fazer aglomerações.

Poucas pessoas se manifestaram pelo *chat* (pelas mensagens), recurso ultralimitado, todas a favor da proposta da direção. A votação foi feita por um recurso que é uma “enquete virtual”. A pergunta veio como “manutenção do texto” do Regimento, de modo que o delegado deveria clicar em “sim”, “não” ou “abstenções”. Forma completamente equivocada, pois, deveria constar o conteúdo de cada defesa. O resultado foi de 91% pelo “sim” (a favor da direção, pela manutenção do formato virtual); 6% pelo “não”, e 2% de abstenções (tinha frações que, somadas, davam o 1% que faltava para fechar a conta).

Na hora da votação, tinha cerca de 250 pessoas logadas, o que significa que o POR teve por volta de 15 votos. Impossível saber quem votou na proposta, com qual conteúdo (se se confundiram ou se por convicção, se foi porque concordaram com os argumentos, etc.). É importante relatar esses detalhes, pois, são aspectos “técnicos” que reforçam a argumentação contra a utilização desse formato – é claro que o fundamental está no caráter burocrático e distracionista, além de dissociar a tomada de decisão da execução prática coletiva.

Na sequência, vencidos os destaques, o Regimento foi apreciado de conjunto, sendo aprovado (o POR se absteve). Abriu-se, então o momento das saudações, a maior parte através de pequenos vídeos gravados e enviados previamente. Haddad tentou falar ao vivo, mas a conexão estava muito ruim, mal deu para entender. Nobre falou mais demoradamente, abordando pontos como a reforma administrativa, e sobre a necessidade de adaptação do movimento sindical à realidade da indústria 4.0 e do predomínio dos precarizados, trabalhadores por aplicativos e congêneres.

Lula fez a crítica ao governo Bolsonaro, falou sobre a necessidade de trocar não só o Presidente, mas de mudar a composição da Câmara e do Senado, e defendeu que a CUT deveria apresentar uma plataforma aos futuros candidatos.

O POR fez a defesa da proposta, dando centralidade à necessidade de erguer a luta ao redor das reivindicações mais sentidas das massas, com o método da ação direta, o que exigia a convocação das instâncias presenciais dos sindicatos e centrais. O formato virtual praticamente impede aferir a recepção por parte dos delegados.

Relato do segundo dia

No segundo e último dia da atividade, prevaleceu um discurso exitista da direção, como se “nunca tivesse saído das ruas”, como se a CUT e os sindicatos dirigidos pela Articulação/PT tivessem de fato cumprido o seu papel de organizar a resistência coletiva dos oprimidos, diante da brutal ofensiva patronal e dos governos, particularmente durante a Pandemia. O que é sabido que não aconteceu.

Tanto na mesa de “Balanço da Direção”, quanto nas de “Conjuntura Nacional e Estadual” e de “Projeto organizativo da CUT”, os palestrantes e militantes que entrevistaram no debate procuraram denunciar/responsabilizar os governos Bolsonaro e Doria pelos problemas enfrentados pelas massas. Houve uma ênfase especial nas reformas trabalhista (com seus desdobramentos atuais, a exemplo da MP 1045) e administrativa. Chamou a atenção o discurso radicalizado de oposição a Doria, depois de tanta polêmica em torno da defesa da frente ampla, que incluía o PSDB. Muita hipocrisia!

Ao mesmo tempo, buscou-se embelezar os tempos do “governo democrático e popular”, de Lula e Dilma. O tom eleitoral esteve muito presente em todo o encontro. A ideia de que “é preciso mais do que eleger Lula”, de que “precisamos eleger parlamentares compromissados com a classe trabalhadora” foi repetida algumas vezes.

Outra ideia, que mereceu algumas repetições por parte da direção, foi de que as “novas relações de trabalho” exigem formas organizativas novas. Insistiu-se bastante no fato de que os trabalhadores formais, com carteira assinada e os concursados, são uma minoria hoje, e que é preciso incorporar ao movimento sindical os milhões de terceirizados, uberizados, etc.

Como se vê, a direção é obrigada a omitir o fato de constituir uma burocracia completamente apartada da base. O índice geral de sindicalização no país só tem diminuído com o passar do tempo, como ficou demonstrado pela PNAD Contínua (IBGE), que revelou a queda, de 12,5%, para 11,2%, de 2018 para 2019.

O recorrente desrespeito ao princípio da democracia operária, a estatização durante os governos petistas, a política de colaboração de classes, a desmoralização diante do carreirismo descarado, o uso frequente da máquina sindical para interesses próprios e de trampolim eleitoral, além das sucessivas derrotas, fruto de uma política e de métodos fracassados, enfim, essa conjunção de fatores é que afasta os trabalhadores de sua ferramenta de luta, que é o sindicato.

Como não pôde fazer esse balanço, pois, significaria admitir a própria responsabilidade, a direção utilizou o bode expiatório da “indústria 4.0” e das contrarreformas – vale dizer que a responsabilização dos governos, que aplicam as contrarreformas, foi feita como se pudessemos esperar outra atitude do Estado burguês, e foi feita omitindo o fato de que os petistas, quando estiveram no poder, também aplicaram as reformas antinacionais e antipopulares.

Depois das mesas de debate, foi a vez de discutir as emendas apresentadas. A maior parte dos destaques foi consensual. Somente duas foram a voto: uma sobre a questão da opressão sobre a mulher, que apresentava o conceito de “economia feminista” – emenda que foi rejeitada, obtendo só 10%; a outra, apresentada pelo SINDSEP (sindicato do funcionalismo municipal de SP), defendia a autonomia da CUT diante da reforma sindical (PEC 196), e diante da influência do Fórum das Cen-

Plenária estadual da CUT

trais Sindicais – sendo este último criticado, principalmente, por posições alheias a certos “princípios” cutistas (o texto da emenda diz que “a CUT nasceu contra a unicidade e o imposto sindical”). Esta emenda obteve 29%, ou seja, ultrapassou a barreira dos 20%, e irá para a Plenária Nacional.

O POR apresentou a sua proposta de Plano de Lutas (que constava da sua *Contribuição*), unicamente para reforçar a defesa das instâncias presenciais, aproveitando para colocar a centralidade do método da ação direta e das reivindicações elementares (emprego, salário...). A proposta foi ignorada, restando como saldo positivo, apenas, o fato de ter usado a tribuna para colocar em xeque a política da direção.

No plano de lutas, foi aprovada ainda a participação no ato do dia 7/9, no Vale do Anhangabaú.

A Plenária foi encerrada com a aprovação da implementação das chamadas “Brigadas Digitais”, que servirão para “mobilização, formação e organização” da militância virtual da CUT. Sabemos o que isso significa: usarão dinheiro da Central para constituir centros de divulgação digital dos reformistas, que serão utilizados principalmente nas eleições de 2022, para fazer a “disputa de narrativa” com os robôs bolsonaristas.

Conclusão política

O fundamental é que foi perdida uma importante oportunidade para organizar o proletariado e os demais setores oprimidos, para enfrentar os efeitos das crises econômica e sanitária. Os metalúrgicos, por exemplo, estão diante de sua campanha salarial, que carece de ser unificada e fortalecida. Ao invés disso, a direção da CUT optou por orientar a Plenária para a estratégia reformista de substituir um governo burguês por outro, como se fosse possível superar as mazelas que atingem os explorados, sob o capitalismo.

A preocupação da burocracia sindical com o enfraquecimento dos seus aparatos perpassou toda a Plenária, o que pôs em relevo o caráter parasitário das direções reformistas. Na base do problema, encontram-se a política de conciliação de classe e o corporativismo, que só podem ser combatidos pelos revolucionários, desenvolvendo e enraizando junto aos explorados o programa classista da revolução proletária, tomando como ponto de partida a defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores e da juventude, com o método da ação direta.

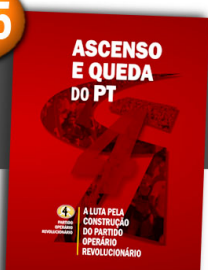
(...) foi perdida uma importante oportunidade para organizar o proletariado e os demais setores oprimidos, para enfrentar os efeitos das crises econômica e sanitária. Os metalúrgicos, por exemplo, estão diante de sua campanha salarial, que carece de ser unificada e fortalecida. Ao invés disso, a direção da CUT optou por orientar a Plenária para a estratégia reformista de substituir um governo burguês por outro, como se fosse possível superar as mazelas que atingem os explorados, sob o capitalismo.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

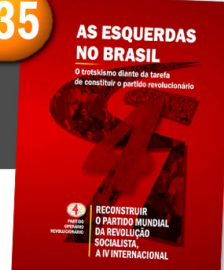


Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Contribuição da Corrente Operária Boletim Nossa Classe e Corrente Proletária na Educação à 16ª Plenária Nacional da CUT

1. É necessário que a Plenária inicie com um balanço crítico das posições políticas das direções sindicais diante da Pandemia e de suas consequências sociais. A classe operária e os demais trabalhadores suportaram e suportam a combinação da crise sanitária (colapso do sistema público de saúde, mortandade e descontrole da contaminação), crise econômica (queda no crescimento, fechamento de fábricas, demissões em massa) e crise social (avanço da miséria e da fome). Os governantes se mostraram incapazes de controlar a Pandemia, evitar a alta mortandade, garantir a proteção médico-hospitalar a todos, e agir prontamente na busca da vacina. Entre os governantes, Bolsonaro se destaca como o maior responsável por essa incapacidade. O que não deve obscurecer que todos eles estiveram submetidos aos interesses do poder econômico, portanto, da burguesia interna e do imperialismo. Diante da crise econômica, Bolsonaro e o Congresso Nacional aprovaram um plano emergencial, voltado quase que exclusivamente para proteger os capitalistas. Uma das medidas mais diretamente dirigida contra os assalariados foi a MP 936. Os governadores também aproveitaram o embalo para impor suas contrarreformas e privatizações, sendo as de São Paulo as mais descaradas. Quanto à crise social, prevaleceu fartamente a demagogia assistencialista (miserável auxílio emergencial, coleta de alimentos e campanhas hipócritas, como a dos governadores, com o slogan “vacina no braço, comida no prato”). É diante desse quadro que se impõe um balanço das posições políticas e da conduta prática das centrais e sindicatos.
2. O ponto de partida está em reconhecer que as centrais e sindicatos erraram em cancelar o Dia Nacional de Luta, de 18 de março de 2020. Essa decisão significou: a) deixar nas mãos dos governantes e da burguesia as respostas à Pandemia e às suas consequências econômicas e sociais; b) acreditar na possibilidade de o poder econômico permitir aplicar eficazmente o isolamento social; c) aceitar que apenas uma parcela dos trabalhadores e suas famílias pudesse se proteger, enquanto outra ficasse inteiramente exposta à contaminação; d) colocar-se na dependência da disputa entre a frente de governadores e o governo federal, em torno ao isolamento social e à vacinação; e) apoiar o plano emergencial de Bolsonaro e Congresso Nacional, como se de fato servisse tanto a capitalistas quanto a trabalhadores; f) negociar com o patronato acordos de redução salarial e suspensão de contratos, regidos pela MP 936; g) aceitar o fechamento da FORD, LG e outras, mediante indenização aos trabalhadores; h) fechar as portas dos sindicatos e refugiar-se no mundo virtual; i) manter o isolamento das greves da Renault e Correios; j) opor-se à volta das manifestações de massa por um ano e três meses. Esse conjunto de atitudes políticas resultou em um profundo refluxo dos explorados, premidos pela Pandemia, demissões, redução salarial e aumento da miséria. Resultou em ausência de uma resistência política, ideológica e organizativa da classe operária e demais oprimidos diante dos governantes e da burguesia. A mais

completa desativação dos sindicatos, jamais vista na história do movimento operário, a não ser pela imposição da ditadura militar, reflete a política criminoso da conciliação de classes, que perpassa as direções das centrais e sindicatos.

Sem esse balanço, a 16ª Plenária Nacional servirá apenas para manter as organizações dos trabalhadores submetidas à política burguesa. Eis por que esse balanço não pode ser realizado por meio virtual. É preciso que haja uma verdadeira Plenária Nacional presencial, regida pela mais rigorosa democracia sindical, com delegados eleitos em assembleias presenciais.

3. Três pontos merecem discussão, para serem levados a uma Plenária presencial, que servirá de preparação para o XIV Congresso da CUT (Concut), que não pode ser virtual.

Sobre o Plano de Lutas

a) Responder ao desemprego, subemprego e miséria

Aprovar uma campanha nacional pela redução da jornada sem redução dos salários, estabilidade no emprego, escala móvel das horas de trabalho, readmissão dos demitidos na Pandemia, salário mínimo vital – de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora –, recuperação das perdas salariais do último período e reajuste automático de acordo com a inflação;

b) Combater o fechamento de fábricas e defesa dos postos de trabalho

A luta contra o fechamento de fábricas é parte da defesa geral da força de trabalho. Não pode ficar somente nas mãos deste ou daquele sindicato. A CUT deve responsabilizar-se pela resistência operária ao não fechamento de fábricas. A defesa dos postos de trabalho exige: estatização sem indenização, ocupação da fábrica e imposição do controle operário da produção. Essas medidas implicam a mobilização nacional, que o sindicato isolado não tem como realizar. Os acordos de indenização devem ser considerados como um meio dos capitalistas fecharem os postos de trabalho, sem que haja luta em defesa da força de trabalho.

c) Enfrentar as privatizações

Também nesse caso, não pode ficar somente sob a responsabilidade de um determinado sindicato. A CUT tem de organizar a luta nacional em defesa da reestatização das empresas já privatizadas, e se opor às novas privatizações, com a bandeira anti-imperialista de fim da desnacionalização.

d) Derrubar as contrarreformas e a MP 1045

A CUT deve encabeçar um movimento para revogar a reforma trabalhista, a previdenciária e a lei da terceirização. E, agora, impedir que o Senado aprove a reforma administrativa e a MP bolsonarista 1045. É inadmissível a subserviência das organizações operárias às decisões do Congresso Nacional, que não passa de um instrumento da oligarquia burguesa. O novo

ataque do governo com a MP 1045 vai às últimas consequências na destruição de direitos trabalhistas. Estamos diante do aumento da taxa de exploração e da redução dos salários. É preciso que a CUT decrete guerra a essas decisões do governo e do Congresso Nacional.

e) *Defender a vida dos explorados contra a Pandemia*

A catástrofe sanitária mostrou que o movimento operário tem de tomar em suas mãos: 1) o controle do Sistema Único de Saúde (SUS); 2) o fim do sistema privado e constituição de um único sistema de saúde pública; 3) a estatização dos monopólios da indústria químico-farmacêutica; 4) a criação de uma rede de farmácias populares, que garanta acesso aos remédios para toda a população.

f) *Por um Dia Nacional de Luta, como parte da preparação de uma greve geral*

Esse plano de luta exige uma tomada de posição concreta da CUT: que convoque imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios; que seja organizado sobre a base da convocação de assembleias presenciais, e constituição de comitês de base. Que o Dia Nacional de Luta faça parte da preparação da greve geral em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas.

Sobre a Reforma sindical

A direção da CUT, juntamente com a Força Sindical, UGT e CSB, colocou-se pela aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC -196/2019), do deputado Marcelo Ramos (PL). Sabemos que o deputado Paulinho da Força, do Solidariedade, foi um dos que se movimentaram em favor dessa PEC. A reforma sindical é parte da reforma trabalhista, aprovada na ditadura civil de Temer. Coube a Bolsonaro concluí-la. Rogério Marinho elaborou uma PEC que prevê o fim da unicidade sindical, que consta no artigo 8º da Constituição. Depois da reforma trabalhista ter extinguido o imposto sindical e o recolhimento da contribuição sindical na folha de pagamento, restou ainda uma intervenção mais profunda do Estado na organização sindical. Tanto a PEC de Marinho quanto a de Ramos devem ser rechaçadas pela CUT. Ambas são intervencionistas. Desde o governo de Getúlio Vargas, passando pela ditadura militar, os sindicatos foram sendo cada vez mais regulamentados, em detrimento de sua independência política, da democracia operária e do direito de greve. A PEC 196 institui um Conselho Nacional de Organização Sindical (CNOS), composto por representantes das centrais sindicais e confederações patronais. Esse é um órgão típico da política de conciliação de classes e, portanto, de estrangulamento da independência dos sindicatos diante dos capitalistas e de seu Estado. A reforma trabalhista e a sindical somente foram e têm sido impostas aos trabalhadores devido ao avançado estado de burocratização das direções sindicais, que se vinculam a partidos da ordem capitalista.

A 16ª Plenária Nacional deve, portanto, rejeitar as duas PECs, e defender: 1) que somente as assembleias e congressos sindicais podem decidir sobre a estrutura e funcionamento dos sindicatos; 2) devem rejeitar a substituição das assembleias, congressos

e eleições sindicais pelos meios virtuais, seguindo o princípio de que as decisões de ordem coletiva devem ser realizadas pela mobilização e ação presenciais dos trabalhadores; 3) discutir o restabelecimento da democracia sindical, que tem sido restringida pela política de conciliação de classes das direções; 4) combater o divisionismo sindical e lutar por uma única central, classista e independente do Estado e do patronato.

Sobre a estratégia política da central

A tese de que o grande problema para os trabalhadores se encontra no governo Bolsonaro, e que a sua substituição permitirá a retomada do crescimento, a volta dos empregos, a distribuição de renda e o combate à fome não se sustenta na realidade. A derrubada de Dilma Rousseff (PT), por meio do impeachment, se deu nas condições de agravamento da crise econômica. Em 2015, ergueu-se a onda das demissões em massa, motivada pela recessão. As tendências objetivas da crise econômica, que é de ordem mundial, não puderam ser contidas no governo Temer, e se agravaram com a Pandemia, no governo Bolsonaro. A política econômica pode retardar o ritmo da crise ou amortecer provisoriamente seus efeitos, mas não tem a capacidade de alterar as contradições fundamentais, que estão na base da desintegração mundial do capitalismo. Isso por que qualquer que seja o governo, mesmo o mais à esquerda, está condicionado pelo poder econômico externo e interno. De forma que conduzir a CUT para as eleições de 2022 significa manter a classe operária e os demais explorados desarmados ideológica, política e organizativamente. A experiência mostrou que, sob o governo do PT, foi mais fácil praticar a política de conciliação de classes, enganando os pobres e famintos, com migalhas e pequenas concessões. O objetivo estratégico da direção da CUT é o de se livrar de um governo que atrapalha a prática da política de colaboração de classes, elegendo um que lhe seja mais favorável. A central e os sindicatos não podem ser subordinados à troca de um governo burguês por outro, ainda que seja um da ultradireita, por um reformista, ou direita liberal. A independência política e organizativa da central é condição decisiva para o desenvolvimento da luta de classes, em defesa das condições de existência da maioria oprimida, e para caminhar no sentido da luta pelo fim do capitalismo, por um governo operário e camponês, que se constituirá com a revolução proletária. Ao se discutir seriamente a estratégia política, não se pode ocultar o caráter de classe do governo, nem deixar de expor que governo de fato seria proletário, portanto, não burguês. Essa discussão diz respeito à bandeira do “Fora Bolsonaro e impeachment”. O que se pretende não é derrubar Bolsonaro por meio da ação das massas, mas afastá-lo por impeachment ou substituí-lo pelas eleições.

A 16ª Plenária Nacional deve defender: 1) que a central mantenha-se completamente independente dos partidos burgueses e do Congresso Nacional; 2) que resguarde a sua independência diante das divisões interburguesas e das disputas eleitorais; 3) que se dedique a organizar o movimento nacional em defesa de um programa próprio da classe operária e dos demais explorados; 4) que tenha como objetivo o fim do capitalismo e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista.

Apresentamos abaixo o resultado da campanha do POR em torno ao assassinato de Leon Trotsky, que completou 81 anos em 20 de agosto. A síntese das atividades reflete o esforço do POR pela assimilação teórica do marxismo, proveniente da experiência histórica.

São Paulo

Ato político dos 81 anos do assassinato de Leon Trotsky

No dia 22 de agosto, o POR realizou, em São Paulo, um ato político dos 81 anos do assassinato de Trotsky. Como parte do ato, foram lançados os folhetos “Trotsky e Nós”, escrito por Guillermo Lora, em 1985, e “Lei do desenvolvimento desigual e combinado”.

Na abertura, se assinalou a importância de assimilar o marxismo-leninismo-trotskismo. O POR vem aproveitando as datas comemorativas do marxismo, dedicadas a reconhecer a contribuição das revoluções e dos militantes que dedicaram suas energias para que o proletariado fosse adiante, na tarefa histórica de sepultar o capitalismo. As vitórias e as derrotas, bem como os acertos e os erros, auxiliam na tarefa compreender as leis da história e as condições objetivas no momento em que se manifestam. O partido do proletariado, por ser marxista, faz do passado uma arma de combate no presente. Eis por que as campanhas e os atos políticos constituem uma situação especial, em que a vanguarda consciente trava a luta ideológica contra as deformações, falsificações e esquecimento da obra dos revolucionários, a exemplo de Trotsky.

O POR, sistematicamente, se vale dessas datas para publicar determinadas contribuições e, assim, travar a luta ideológica contra a dominação burguesa. Desta vez, divulgou o folheto de Guillermo Lora, “Trotsky e Nós”, em que sistematiza a influência decisiva das formulações do revolucionário russo sobre a formação e desenvolvimento do POR boliviano, demonstrando concretamente como se compreendeu e se aplicou a teoria da revolução permanente e o Programa de Transição da IV Internacional. O que, ao mesmo tempo, evidencia o fracasso dos revisionistas do trotskismo, não só no país, como internacionalmente. Este folheto de Lora é um exemplo que os marxistas-leninistas-trotskistas no Brasil têm o dever de assimilar, no processo de construção do partido. O folheto sobre a Lei do desenvolvimento desigual e combinado havia sido elaborado para a escola de quadros, que se realizou no final de julho, em Fortaleza, Ceará. Coincidiu, portanto, com a homenagem à longa vida de militante de Trotsky, e à sua particular batalha contra o revisionismo estalinista, que só cessou mediante seu assassinato. O ato era dedicado ao objetivo de superar a crise de direção, construindo o POR, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. A

militância se vê constantemente diante da história das quatro Internacionais, e da necessidade de compreender o que foi o revisionismo, e o combate dos marxistas em defesa do internacionalismo proletário.

Para esse ato, o POR preparou um Manifesto, que tem por essência a condenação da liquidação da III Internacional, por Stalin e seus asseclas. A apresentação concluiu com um “Viva à memória eterna de Leon Trotsky”.

Em seguida, abriu para as exposições dos folhetos. O ato político foi encerrado com a leitura do Manifesto, com o hino da Internacional e com um Viva à reconstrução da Partido Mundial da Revolução Socialista.

Trotsky e Nós

Guillermo Lora



O militante é visto como um produto coletivo. No caso do Trotsky, um produto da luta revolucionária na Rússia.

Síntese da apresentação do folheto “Trotsky e Nós”, escrito por Guillermo Lora

O companheiro encarregado da apresentação iniciou sua fala a partir da ideia, contida logo no começo do folheto, de que o partido é o programa, uma organização e uma tradição. Os quadros mais elevados, revolucionários profissionais, são um inestimável capital humano, que vão se forjando e temperando na luta de classes.

Lora destaca a compreensão de Trotsky quanto ao seu lugar como dirigente no processo da Revolução Russa. Nesse sentido, coloca em relevo a oposição existente entre o subjetivismo/voluntarismo e a compreensão das leis históricas. O que implica compreender a importância da elaboração teórica, considerando a política como interpretação da contradição presente na estrutura econômica, refletida na luta de classes.

Trotsky deu inestimáveis contribuições nesse campo, contribuindo para o enriquecimento da ideologia revolucionária, através da aplicação do materialismo dialético à realidade.

O folheto trata da questão de como se forma um revolucionário da estatura de Trotsky. O próprio Lora encarnou os fundamentos leninistas do militante que dedica sua vida à revolução proletária. O militante é visto como um produto coletivo. No caso do Trotsky, um produto da luta revolucionária na Rússia. O fato de ser um país atrasado impôs grandes e novos problemas, que levaram Lênin e Trotsky, principalmente, a um enriquecimento do marxismo, entendido como um método, e não um conjunto de fórmulas pré-fabricadas. Trotsky se

agigantou nessa formulação teórica, ao mesmo tempo em que teve de desenvolver uma intensa atividade política, nas condições mais adversas, de prisões, clandestinidade, etc.

Guillermo chama a atenção dos leitores para uma ideia importante: não se trata de render homenagens a Trotsky, nos moldes do culto à personalidade, como faziam e ainda fazem os estalinistas, muito menos alimentar ilusões na absurda ideia da infalibilidade dos dirigentes. Não. Trata-se de compreender criticamente os ensinamentos de Trotsky.

O trotskismo é o marxismo do período da revolução social, assim como o leninismo é o marxismo da época do imperialismo, de domínio do capital financeiro. Trata-se do período de protagonismo dos países de capitalismo atrasado – os principais processos revolucionários, desde o início do século XX, se deram em países dessa natureza: Rússia, China, Cuba. Daí a enorme relevância, e mesmo a vigência, da teoria da revolução permanente. Lora, não só busca as origens da teoria em Marx e Engels (particularmente na “Mensagem do CC à Liga dos Comunistas, de 1850”), como aponta os aportes dados por Trotsky.

O folheto desenvolve como se deu a aplicação da teoria da revolução permanente na Bolívia, justificando o título: “Trotsky e Nós”. A exposição das leis gerais da história e a sua manifestação na Bolívia se mostra vigente, embora tenha sido escrito em 1985. O que tornou necessária a sua publicação no Brasil.

Opondo-se às fracassadas teses estalinistas e nacionalistas, o trotskismo demonstrou como a economia mundial é conformada, não como uma somatória mecânica de economias nacionais, mas como uma unidade contraditória, que atua por cima, subordina e modifica as economias nacionais. O capitalismo encontra-se em sua etapa de decadência e desintegração, quando as forças produtivas estão super maduras para a revolução proletária, que é essencialmente mundial.

Os países de capitalismo atrasado já estão vivendo a sua experiência capitalista, na forma de uma economia combinada. Não é possível o pleno e livre desenvolvimento no marco da grande propriedade burguesa. Essas são ideias desenvolvidas pelo trotskismo boliviano, plasmadas nas Teses de Pulacayo. Este documento, crucial na história do movimento operário no país do altiplano, comprovou a validade da teoria da revolução permanente como método.

Lora indicou, ainda, como Trotsky revelou a sua grandeza, através da luta (prática e teórica) contra a burocracia estalinista. O velho bolchevique explicou o fenômeno do estalinismo como um produto histórico, resultado do longo isolamento da revolução russa, da relativa e momentânea estabilização do capitalismo, do cansaço da classe operária, e do reacionarismo dos camponeses ricos. A política contrarrevolucionária do estalinismo é expressão da degeneração do Estado operário e do partido, pro-

cesso que partiu da revisão dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo. Por ter desnudado a raiz de classe, e ter conseguido explicar o equívoco da política do socialismo num só país e da revolução por etapas, o trotskismo pôde se erguer como força opositora diante da burocracia estalinista, empunhando a defesa do partido mundial da revolução socialista.

O esfacelamento da IV Internacional no pós-Segunda Guerra se deu, devido ao predomínio em sua direção de pequenos grupos de intelectuais pequeno-burgueses, que não se colocaram por construir o programa, e se enraizar na classe operária. Está aí a valiosa e excepcional experiência do POR boliviano, por ter cumprido essas tarefas fundamentais, na contramão dos desvios revisionistas. O POR logrou penetrar no proletariado mineiro e desenvolveu o programa, como testemunham as Teses de Pulacayo.

O POR se forjou na luta contra o nacionalismo, particularmente contra o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), o qual demonstrou capacidade para arrastar um enorme contingente das massas, apresentando um programa pequeno-burguês radical, que propunha solucionar os problemas mais urgentes do país, especialmente o da terra. Na Bolívia, existem muitas tarefas democráticas pendentes, e o MNR se projetou, ao colocar a tese de que ainda havia espaço para o desenvolvimento capitalista integral e livre, isto é, para concretizar a libertação nacional. Na prática, contudo, essa história anti-imperialista serviu tão somente de cobertura política, para buscar melhorias nas relações entre a semicolônia e os países imperialistas, no sentido de negociar os preços das matérias-primas, buscando certas concessões. Para isso, o MNR buscou se apoiar nas massas. A intervenção do proletariado na cena política, no entanto, provocou uma virada da burguesia nacional para posições pró-imperialistas, levando a um esgotamento do ciclo nacionalista.

A lição fundamental extraída pelo POR nessa trajetória foi de que o sepultamento das ilusões do nacionalismo depende do avanço da classe operária em direção à tomada do poder, o que implica a correta aplicação da tática frentista. As jornadas revolucionárias do começo dos anos 1970, com a Assembleia Popular, foram muito importantes nesse sentido. A aplicação da política delineada no 4º Congresso da III Internacional, da frente única anti-imperialista, cumpriu o importante papel de mobilizar as massas contra o Estado e a burguesia. Trata-se de uma tática que emerge das características particulares dos países de economia combinada, onde se coloca a tarefa de unir toda a nação oprimida, sob a direção do proletariado.

Lora enfatiza a ideia decisiva de que, em toda a sua trajetória, Trotsky foi um militante da revolução proletária, um defensor da estratégia da insurreição armada, da destruição

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Apontamentos sobre a Lei do Desenvolvimento Combinado, Guillermo Lora

Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Engels e Marx



A interdependência decorrente da economia combinada se projeta entre os países capitalistas, avançados e atrasados, e dentro de um mesmo país.

do Estado burguês, sob a direção do partido revolucionário. É nesse sentido que Trotsky vive. Não é um ídolo ou simples mártir, Trotsky vive no pensamento e na ação dos revolucionários da atualidade, de modo que não é possível ser revolucionário hoje sem ser marxista, é impossível ser revolucionário sem ser leninista, e é impossível ser revolucionário sem seguir o legado do gigante Leon Trotsky.

Exposição do folheto “lei do desenvolvimento desigual e combinado”

O capitalismo, assim como outros modos de produção anteriores, possui desenvolvimento desigual de sua economia. A particularidade do capitalismo, modo de produção que se baseia na exploração do trabalho assalariado, é que, ao contrário de seus antecessores, produz mais do que o necessário para o consumo regional, e sua produção tem de transbordar por cima das fronteiras nacionais. Assim, o capitalismo, que se desenvolve durante séculos nas regiões/países de origem, é exportado na sua forma mais desenvolvida para os demais países, que ainda estão no pré-capitalismo, e se implanta neles de forma combinada. Não apenas convivem lado a lado, mas criam uma interdependência, formas de produção capitalistas com pré-capitalistas, e isso é economia combinada.

A interdependência decorrente da economia combinada se projeta entre os países capitalistas, avançados e atrasados, e dentro de um mesmo país. Daí decorre as seguintes conclusões:

- o capitalismo se conclui como modo de produção mundial,

a partir de uma unidade mundial interdependente – não há países maduros ou não maduros para a revolução, todos estão prontos para a revolução socialista;

- o capitalismo que se desenvolve de forma desigual e combinada estabelece vantagens e desvantagens para cada país, de acordo com suas particularidades de desenvolvimento;
- as particularidades nacionais são determinantes na construção do programa da revolução proletária em cada país, subordinados que são à realidade mundial;
- as respostas aos grandes problemas nacionais, que é um passo necessário na construção do programa, decorrem da aplicação da lei do desenvolvimento desigual e combinado;
- o proletariado, minoritário na maioria dos países, tem de estabelecer a unidade da maioria nacional oprimida para a tomada do poder, ao redor de seu programa e métodos, bem como de sua estratégia de poder;
- na Bolívia, há o traço particular da maioria nacional oprimida ser indígena – o pré-capitalismo se manifesta na produção familiar agrária pelas famílias indígenas, que o fazem visando ao mercado capitalista;
- no Brasil, o pré-capitalismo tem manifestações múltiplas, desde a escravidão negra que durou três séculos e foi a base do trabalho assalariado, até o trabalho familiar agrícola, que não é indígena em geral;
- essas particularidades levam à conclusão estratégica programática do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Rio Grande do Norte

Lançamento do folheto “Trotsky e Nós”

A atividade ocorreu no dia 21 de agosto (sábado). Iniciou com uma apresentação sobre o folheto, conforme segue.

O texto “Trotsky e nós” foi escrito quando se completaram 45 anos do assassinato de Leon Trotsky, e o folheto que lançamos se dá no momento dos 81 anos do assassinato. Trotsky foi a expressão da luta revolucionária mundial, seu produto coletivo, que se expressou em um país atrasado como a Rússia. O trotskismo é o marxismo-leninismo, aplicado na luta pela revolução socialista mundial, tendo como protagonistas os países capitalistas atrasados de economia combinada.

O trotskismo colocou que o proletariado, como classe revolucionária, cumprirá as tarefas democráticas pendentes, combinando com as suas tarefas socialistas. Apesar de ser uma classe minoritária nos países semicoloniais, deve se organizar politicamente, para dirigir a maioria oprimida em torno de sua estratégia revolucionária. Para isso, forjará na luta a aliança operário-camponesa. A burguesia nacional, que surge como sócia-menor do saque imperialista, assumirá, na luta de classes, uma posição reacionária contra o proletariado organizado e os demais oprimidos.

riado organizado e os demais oprimidos.

O trotskismo se traduziu no anti-estalinismo, na medida em que travou uma batalha, no interior da União Soviética e em nível internacional, contra a teoria do “socialismo num só país”, se contrapondo com a defesa de que a revolução proletária começa num país, mas deve inevitavelmente se internacionalizar para que se alcance o socialismo, que só pode acontecer a nível internacional. O trotskismo foi a corrente que caracterizou o estalinismo como um fenômeno histórico, expressão da contrarrevolução na URSS, fruto do atraso do país, do surgimento de uma camada camponesa rica e uma casta burocrática, e do isolamento internacional da URSS perante o restante do mundo capitalista.

A militância de Trotsky não se restringiu às fronteiras da Rússia. Lutou no interior do Partido Comunista Russo e da III Internacional em defesa do centralismo democrático e do programa marxista frente à degeneração estalinista, e quando a estalinização do partido mundial se consolidou, lutou para fundar a IV Internacional. A grande conquista teórico-programática da IV Internacional foi o Programa de Transi-

ção, que tinha que se expressar em programas nacionais, respondendo às particularidades dos países. O POR boliviano foi o único partido que soube aplicar o Programa de Transição nas particularidades da Bolívia, se enraizando na classe operária. Lutamos por reconstruir a IV Internacional, apoiando-se na elaboração de Trotsky e da experiência do POR da Bolívia.

Após a apresentação, foi dado início ao estudo a partir de extratos retirados do folheto, que foram divididos nos seguintes pontos: 1) A classe operária é a classe revolucionária; 2) Aliança operário-camponesa; 3) A teoria da Revolução Permanente; 4) Internacionalismo proletário; 5) O caráter contrarrevolucionário do estalinismo; 6) Crise de direção revolucionária; 7) A experiência do nacionalismo; 8) A Frente Única Anti-imperialista. O estudo buscou assimilar cada conceito cuidadosamente, uma vez que são de fundamental importância para a elaboração teórica e intervenção prática da militância porista.

Por fim, a atividade concluiu com um “Viva à reconstrução da IV Internacional” e um “Viva à construção do Partido Operário Revolucionário”!

Pernambuco**Coordenação Nordeste do POR realiza debate sobre conjuntura nacional e ato de homenagem a Trotsky**

No dia 28 de agosto de 2021, a Regional Nordeste do Partido Operário Revolucionário (POR) realizou atividade de formação em Recife-PE, com a participação de militantes e contatos locais, além de companheiros de Patos-PB, Surubim-PE, Fortaleza-CE e Natal-RN. O encontro teve dois momentos: no primeiro, um camarada do POR/Ceará realizou exposição em que foram destacadas as raízes, desenvolvimento e tendências das crises política, econômica, sanitária e de direção, e os desafios dos trabalhadores/as para organizar a luta em torno das reivindicações mais sentidas (empregos salários e direitos), a partir dos seus próprios métodos de luta.

Foi mostrado que os indicadores econômicos do primeiro trimestre de criação de postos de trabalho e aumento da arrecadação não se devem a uma retomada do crescimento movida pelas contrarreformas e privatizações, como o governo alardeia. Trata-se, na realidade, da recomposição parcial das forças produtivas, destruídas em 2020. Além disso, o quadro internacional é de estagnação econômica, e o Brasil, na sua condição de exportador de commodities, é profundamente dependente do comércio internacional. O cenário de desagregação econômica tem levado à piora das condições de vida das massas, com alta no custo de vidas, dos combustíveis, das tarifas de energia elétrica, agravada pela crise hídrica.

Sob a base da crise econômica, ergue-se a crise política, uma crise de governabilidade burguesa, em que o chefe do executivo e o STF estão em choque, bem como governos federal e estaduais. O governo Bolsonaro evidenciou, desde o início, traços bonapartistas, pretendia disciplinar as frações burguesas, como se estivesse acima das classes, apoiando-se nos militares (exército e polícias). Porém, entre a pretensão de erguer-se como um governo bonapartista e sua consolidação, há uma distância. A possibilidade de um golpe de Estado bem-sucedido não encontra condições maduras, porém, não se podem descartar as tentativas golpistas, que se têm chocado com o Congresso Nacional, STF e ala dos militares. Um governo de ditadura militar não está colocado, no momento, uma vez que o Congresso e STF não são obstáculos às contrarreformas ditadas pelo imperialismo. Medidas de destruição de direitos e privatizações estão sendo aprovadas e beneficiando os capitalistas. A raiz da crise política está na incapacidade do governo centralizar as frações burguesas ante a crise econômica e pandêmica.

A oposição às contrarreformas deveria vir das massas. Mas, as direções sindicais tiveram uma postura imobilista diante da Pandemia, colocaram-se sob a bandeira do “fique em casa”. De 29 de maio para cá, a burocracia começou a convocar manifestações, e as massas atenderam ao chamado. Apesar de massivas, as manifestações não contam com a presença da classe operária. Estão subordinadas à bandeira do “Fora Bolsonaro”. Propõem a remoção de um governo burguês por outro, pela via do impeachment ou eleições. Não erguem as reivindicações mais sentidas das massas.

É por meio da luta pelas reivindicações que a classe operária poderá sair do imobilismo, erguer seus comitês e assembleias,

junto a desempregados, juventude pobre e demais explorados, e travar a luta no campo da independência de classe, caminho por onde os trabalhadores conseguirão se defender, e abrir caminho para a sua estratégia de poder, o governo operário e camponês.

O debate foi muito rico, mostrando os danos do corporativismo, no combate às contrarreformas e privatizações, e os métodos virtuais. Traçou-se a trajetória do PT, desde a recessão de 2015-2016, golpe, eleições de 2018, e Pandemia. Destacou-se seu papel de contenção da luta de classes, e desvio das massas para o terreno jurídico e eleitoral. Os presentes mostraram o grande equívoco que é alimentar as ilusões na democracia burguesa, sobretudo, diante da decomposição da democracia no Brasil e no mundo, ante a direitização da política burguesa. Coerente com seu objetivo de se reabilitar como ala esquerda da política burguesa, o PT precisa buscar alianças à direita. As esquerdas centristas e reformistas seguem, com variantes, essa mesma política, confluindo, a exemplo do super pedido de impeachment.

Reafirmou-se a necessidade de romper com a política de conciliação de classes, e de exigir das centrais e sindicatos que convoquem um verdadeiro dia nacional de paralisações e bloqueios, ponto de partida para a construção de uma poderosa greve geral.

Ato de homenagem a Trotsky

No segundo momento da atividade, abriu-se o ato político de homenagem a Leon Trotsky, 81 anos após seu assassinato. Nesse momento, houve o lançamento do folheto “Trotsky e Nós”, escrito pelo revolucionário boliviano Guillermo Lora. Após a apresentação feita por um militante do Rio Grande do Norte, ocorreu o debate com intervenções variadas, que teciam homenagens, tanto ao Trotsky quanto a Lora, que dedicaram a vida à construção da Revolução Socialista, verdadeiros “revolucionários profissionais”, instrumentos conscientes da História.

Destacou-se que o marxismo não é fórmula pronta. Seus pilares legaram aos revolucionários um método para conhecer a realidade social, com a finalidade de transformá-la. Os presentes destacaram a magnitude dos crimes de Stalin, por ter sido responsável pelo assassinato de toda uma geração de bolcheviques, que não se dobraram a burocracia, e de ter destruído a III Internacional. Foram destacados vários pontos do legado trotskista, continuador do marxismo e leninismo: o partido-programa, a teoria da revolução permanente, a reafirmação de que a classe operária é a classe revolucionária, e o internacionalismo, erguido do ponto de vista teórico e em total unidade com seu sentido prático-organizativo, combatendo a degeneração do partido bolchevique, do Estado Operário e da III Internacional, como oposição de esquerda e, posteriormente, como construtor da IV Internacional.

A atividade se constituiu como espaço de fortalecimento teórico-prático dos militantes e contatos, além de servir para manter viva a tradição da luta revolucionária. Concluímos com a saudação a Leon Trotsky, à construção do Partido Operário Revolucionário e à Reconstrução da IV Internacional.

Rio Grande do Sul

Porto Alegre

Realizada a plenária para debater a situação política e os 81 anos do assassinato de Trotsky

A plenária foi convocada junto à juventude mais combativa que tem atuado nas manifestações contra o governo, que se coloca contra o desvio eleitoralista e parlamentarista da política do Fora Bolsonaro e Impeachment, e que tem apoiado as bandeiras de defesa da vida e trabalho das massas, levantadas pelo POR e simpatizantes.

No início da discussão, a coordenação apresentou o debate como uma atividade convocada como parte do processo de construção do POR na região, iniciado a partir de um chamado à juventude para debater como atuar com independência de classe nas manifestações de oposição ao governo federal. Também para o lançamento do folheto “Trotsky e Nós”, em referência aos 81 anos de seu assassinato por um sicário de Stalin. Explicou que o debate tinha como objetivo mostrar por que discutir Trotsky hoje – o que tem a ver com o tema do debate. Finalmente, antes da primeira exposição, mostrou a necessidade de abrir a discussão com a juventude que vai às ruas.

Sobre a situação política

Tomaram-se, como ponto de partida, as condições terríveis a que o capitalismo em decomposição submete a juventude, que são agravadas pelas medidas tomadas recentemente pelo governo, como a minirreforma trabalhista.

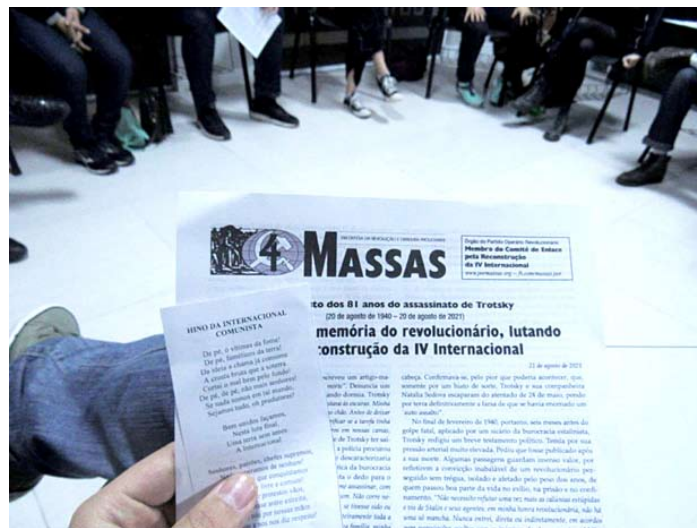
Explicou-se que vivemos a época das contrarreformas, de decomposição do capitalismo, de parasitismo e destruição das forças produtivas.

Mostrou-se a trajetória do esgotamento da recomposição capitalista a partir da 2ª guerra mundial, que se evidenciou, a partir dos anos de 1970, em crises regionais e na desaceleração do PIB mundial. Apontou-se a crise de 2008/2009 como uma crise geral mundial, que teve epicentro nos países capitalistas mais avançados (imperialistas). Destacou-se a crise de 2014 – que afetou a maioria dos países exportadores de matérias-primas, que tiveram de impor medidas para sustentar capital financeiro – e a incapacidade do governo do PT para realizá-las. Ressaltou-se o golpe em 2016 – que levou a um salto na aplicação das contrarreformas – com Temer, a Trabalhista, e com Bolsonaro, a da Previdência.

No final de 2019, houve a retomada da crise mundial – e também o início da Pandemia – onde se combinaram as crises econômica e sanitária. Em 2020, a crise pandêmica atingiu o Brasil – e houve a imposição da política burguesa de isolamento social (quarentena de classe) – com a submissão das direções das organizações de massa e o fechamento das organizações gerais.

Governo, Congresso nacional e patrões iniciaram uma ofensiva sobre as massas, com medidas de ataques aos salários e empregos, fechamento de fábricas, privatizações, imposição do EaD à juventude.

Ficou provada a incapacidade da burguesia mundial e brasileira em proteger as massas. A mortandade de milhões pelo



A defesa das reivindicações se opõe à estratégia burguesa. Isso determina como combater a política burguesa nos atos, e opor as eleições à ação direta das massas. Mostrou-se a importância da defesa das reivindicações nas fábricas e bairros, e da defesa das assembleias presenciais.

mundo, e quase 600 mil no Brasil, estamparam o fracasso da política burguesa de isolamento social.

Em 2021, notam-se mudanças na conjuntura: as eleições nos EUA põem no poder Joe Biden, e os trumpistas decaem no mundo. O desgaste de Bolsonaro, com a elevação das mortes na 2ª onda da Pandemia e as denúncias na CPI da Covid, e a anulação dos processos contra Lula, dentre outros fatores, levou às manifestações de massa pelo Impeachment e eleições.

O POR defendeu, desde o início da Pandemia, a necessidade de respostas independentes das massas, construídas a partir de suas organizações de base presenciais. Tomar como ponto de partida as reivindicações e métodos de luta próprios dos explorados. Ligar essa luta à estratégia revolucionária.

A ausência da classe operária e a manutenção da estratégia burguesa do Fora Bolsonaro e Impeachment levaram os atos à passividade e ao caráter festivo. Ou seja, à submissão à disputa inter-burguesa ao redor do impeachment. Daí a importância da defesa das reivindicações, e dos métodos próprios de organização e luta.

A defesa das reivindicações se opõe à estratégia burguesa. Isso determina como combater a política burguesa nos atos, e opor as eleições à ação direta das massas. Mostrou-se a importância da defesa das reivindicações nas fábricas e bairros, e da defesa das assembleias presenciais.

Apontou-se o problema das ações individuais, que acabam jogando a polícia sobre o bloco classista e combativo em particular.

Concluiu-se com a importância e o papel do partido, e um convite à juventude para se somar à sua construção no Rio Grande do Sul.

Aberta a discussão à plenária, foram destacados alguns pontos:

- o papel dos que pregam as ações individuais como meio de exemplo para tentar tornar uma manifestação festiva em combativa e radicalizada;
- a importância de organização de um bloco classista e combativo dentro da manifestação pró burguesa, festiva e eleitoral;
- a necessidade de organização da classe operária a partir de seus locais de trabalho, e da juventude oprimida, a partir dos bairros e das escolas e universidades, para levantar as reivindicações que correspondem às suas necessidades mais sentidas;
- a importância de defender, dentro do ato festivo, as reivindicações em oposição ao eleitoralismo;
- a importância de ter um partido que as defenda, em oposição ao seguidismo geral das esquerdas;
- o papel do POR no interior das frentes onde atua e na defesa do programa proletário.

81 anos do assassinato de Trotsky

Depois desse debate, se abriu uma fala para explicar o conteúdo do folheto “Trotsky e Nós”.

Nessa obra, Lora traça uma breve biografia de Trotsky, concentrando-se nas contribuições teóricas desse revolucionário, e procurando aplicá-la à realidade boliviana.

A exposição se iniciou expondo o conteúdo geral da obra. Na sequência, Trotsky foi apresentado como aquele que presidiu o Soviete de Petrogrado, já em 1905. Que marchou junto às massas, nas jornadas de junho e julho, às vésperas da revolução. Compôs a vanguarda que liderou a tomada do poder na Rússia. Comandou o exército vermelho. Travou a luta de morte às forças contrarrevolucionárias ao Estado Operário. A seguir, procurou explicar que Trotsky somente pôde tornar-se essa figura, digna de memória, porque, para além de suas qualidades pessoais admiráveis, as massas em luta forjaram as condições objetivas para talhar homens como Trotsky, como Lênin, como tantos outros que tombaram em luta. Trotsky somente pôde ser presidente de um Soviete porque as massas se colocaram por criar seus organismos próprios de poder. Trotsky marchou nas jornadas de junho e julho, porque as massas se dispuseram a protestar contra a permanência na guerra e contra a fome. Trotsky pôde comandar o Exército Vermelho, porque operários e camponeses oprimidos se dispuseram a entregar as suas vidas à revolução.

Trotsky foi apresentado como um produto da história. O resultado do desenvolvimento das forças produtivas, que permitiram colocar explicitamente à classe operária as grandes tarefas históricas. Permitiu desenvolver as bases materiais, para que a classe operária se estruturasse em classe consciente.

Trotsky é uma das expressões mais bem acabadas da classe operária, que se transforma de “classe em si” em “classe para si”. Trotsky é produto da classe operária russa, em marcha pela tomada de poder.

Na sequência, procurou-se expor brevemente a aplicação desses conceitos à Bolívia, concentrando-se no problema do nacionalismo. Foi afirmado que as tarefas democráticas pendentes são a base material para a formulação de respostas por parte da burguesia nacional, em conflito com o imperialismo. Procurou-se explicar que a divergência de interesses com o capital financeiro era puramente circunstancial, de maneira que as tarefas democráticas não poderiam ser resolvidas a não ser pela revolução proletária. Eis por que basta que as massas se levantem, que a burguesia nacional se alia à burguesia internacional, para esmagar o levante das massas, como se deu com o MNR na Bolívia. É assim, que o nacionalismo, por mais radical que seja, em palavras, jamais admitirá atingir os interesses dos latifundiários, que temem a revolução agrária, e do imperialismo, que não admite a independência nacional.

Concluída a exposição, saudou-se a plenária e seu propósito de fundar o POR no Rio Grande do Sul. Saudou-se a juventude, que resistia à profunda opressão de classe. Era nesse bojo que a plenária se dedicava à memória de Trotsky, com o compromisso de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

Em seguida, abriu-se para as considerações da plenária.

Estabeleceu-se uma ligação entre o texto, seus conceitos e a situação que se vive.

Mostrou-se a importância de Trotsky na defesa do programa, contra degeneração do estalinismo e burocratização do Estado operário. O que houve com a IV Internacional e Programa de Transição.

Destacou-se a contribuição de Trotsky na teoria: síntese da teoria da revolução permanente e avanço na lei do desenvolvimento desigual e combinado. Relacionou-se essa teoria com o presente, com a aplicação dela à realidade de um país semicolonial, capitalista, atrasado e de economia combinada.

Ressaltou-se que a economia combinada se realiza em todo o capitalismo mundial, com sua interdependência, que leva a que não existam países maduros ou não maduros para a revolução. Mostrou-se a impossibilidade de pleno desenvolvimento capitalista de um país atrasado. Salientou-se o papel da classe operária para a constituição da Frente Única Anti-imperialista, e a necessária aliança de classe, operário e camponesa, que dará a forma ao governo saído da revolução.

Mostrou-se atualidade do Programa de Transição nas condições do capitalismo em decomposição. Fez-se a defesa do trotskismo e a crítica ao revisionismo. Concluiu-se com a defesa do POR e um chamado à sua construção.

A plenária foi concluída com a leitura do manifesto do POR sobre os 81 anos da IV internacional, e com o hino da Internacional Comunista.

O resultado do desenvolvimento das forças produtivas, que permitiram colocar explicitamente à classe operária as grandes tarefas históricas. Permitiu desenvolver as bases materiais, para que a classe operária se estruturasse em classe consciente. Trotsky é uma das expressões mais bem acabadas da classe operária, que se transforma de “classe em si” em “classe para si”.

Manifesto dos 81 anos do assassinato de Trotsky

(20 de agosto de 1940 – 20 de agosto de 2021)

Honramos a memória do revolucionário, lutando pela reconstrução da IV internacional

Em 8 de junho de 1940, Trotsky escreveu um artigo-manifesto, sob o título “Stalin quer minha morte”. Denuncia um atentado desfechado de madrugada, quando dormia. Trotsky assim relata: “Às 4 horas da manhã, a casa estava às escuras. Minha esposa e eu permanecemos imóveis e calados no chão. Antes de deixar o dormitório, o terrorista, que entrou para verificar se a tarefa tinha sido cumprida, pode ter disparado alguns tiros em nossas camas, ‘para deixar sua consciência tranquila’”. Diante de Trotsky ter saído com vida em um atentado tão escabroso, a polícia procurou criar uma ‘teoria do auto assalto’. Assim se descaracterizaria a ação terrorista, planejada pela polícia política da burocracia soviética (GPU). Ao contrário, Trotsky aponta o dedo para o seu inimigo. “Stalin organiza um atentado para me assassinar, com uma clara intenção: destruir seu inimigo número um. Não corre nenhum risco, atua a longa distância. Pelo contrário, se tivesse sido eu que organizou o ‘auto assalto’, teria de assumir inteiramente toda a responsabilidade, arriscando minha morte e da minha família, minha reputação política e a do movimento a que sirvo”.

Depois de sua expulsão da União Soviética, de uma peregrinação em busca de exílio, e dos percalços criados pela GPU, esse atentado foi a demonstração mais definida de que Trotsky não poderia continuar trabalhando intensamente contra a degeneração burocrática da ditadura do proletariado e do partido comunista, e pelo fortalecimento da IV Internacional. Trotsky concluiu a denúncia, demonstrando uma profunda compreensão de seu significado histórico, como o herdeiro do marxismo-leninismo. Eis sua conclusão: “Nesta época reacionária, um revolucionário se vê obrigado a nadar contra a corrente. Faço o melhor que posso. A pressão da reação mundial se expressa, da maneira talvez mais implacável, em minha sorte pessoal e daqueles que estão mais próximos de mim. De maneira alguma, considero um mérito meu; é simplesmente uma consequência da combinação de determinadas circunstâncias históricas. Mas, quando gente da espécie de Toledano, Laborde, etc. me acusam de ‘contrarrevolucionário’, posso deixar tranquilamente que falem; a história dará o seu veredito final”.

De fato, a história deu seu veredito final, atribuindo inteira razão à luta abnegada e inflexível de Trotsky, contra a degeneração burocrática do partido comunista mais avançado do proletariado mundial, que foi o partido bolchevique, dirigido por Lênin. Pagou com a vida, sem se curvar perante a ignominiosa perseguição política, ao ponto de ter de ficar trancafiado em uma casa, em Coyoacán, na Cidade do México.

Cerca de dois meses e meio depois, em 20 de agosto, Ramón Mercader – um agente da KGB, infiltrado no ambiente familiar de Trotsky – desfechou um golpe traiçoeiro em sua cabeça. Confirmava-se, pelo pior que poderia acontecer, que, somente por um hiato de sorte, Trotsky e sua companheira Natalia Sedova escaparam do atentado de 24 de maio, pondo por terra definitivamente a farsa de que se havia encenado um ‘auto assalto’.

No final de fevereiro de 1940, portanto, seis meses antes do golpe fatal, aplicado por um sicário da burocracia estalinista, Trotsky redigiu um breve testamento político. Temia por sua pressão arterial muito elevada. Pediu que fosse publicado após a sua morte. Algumas passagens guardam imenso valor, por refletirem a convicção inabalável de um revolucionário perseguido sem trégua, isolado e afetado pelo peso dos anos, de quem passou boa parte da vida no exílio, na prisão e no confinamento. “Não necessito refutar uma vez mais as calúnias estúpidas e vis de Stalin e seus agentes; em minha honra revolucionária, não há uma só mancha. Nunca entrei, direta ou indiretamente, em acordos nem negociações ocultas com os inimigos da classe operária. Milhares de adversários de Stalin foram vítimas de acusações igualmente falsas. As novas gerações revolucionárias reabilitarão sua honra política, e tratarão como merecem os verdugos do Kremlin. (...) Fui revolucionário durante os meus 43 anos de vida consciente, e durante 42 anos lutei sob as bandeiras do marxismo. Se tivesse de começar tudo de novo, procuraria, certamente, evitar tal ou qual erro, porém, no fundamental, minha vida seria a mesma. Morrirei sendo um revolucionário proletário, um marxista, um materialista dialético e, conseqüentemente, um ateu incorrigível. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é hoje menos ardente, ainda que mais firme, que em minha juventude”.

Não foram as condições físicas que puseram fim à vida do revolucionário, mas a sanha de Stalin e seus agentes. A forma traiçoeira como a mão de Mercader retirou o objeto pontiagudo, escondido sob o seu casaco, e o elevou à altura e desceu com fúria sobre a cabeça de Trotsky, que se achava sentado de costas ao assassino, e lia uma nota política, retrata, como síntese, a obsessão de Stalin em liquidar seu principal adversário, capaz de defender, desenvolver e praticar o sistema teórico e programático do marxismo-leninismo.

Trotsky iniciou seu conflito com Stalin, ainda quando Lênin estava vivo e se encontrava enfermo. No fundo da discussão sobre as diretrizes econômicas a serem aplicadas, após o esgotamento da Nova Política Econômica, estabelecida na X Conferência de 1921, comparecia o problema da burocratização do partido e os perigos de seu desenvolvimento para o Estado operário. Após a morte de Lênin, janeiro de 1924, se agudizaram as divergências, que foram adentrando no terreno do internacionalismo. A política econômica no período de transição do capitalismo ao socialismo continuava profundamente afetada pelo cerco do imperialismo, pela necessidade do desenvolvimento da revolução mundial, e do fortalecimento da III Internacional. Chegaria o momento em que os limites para o desenvolvimento das forças produtivas internas esbarraria nas fronteiras nacionais e, portanto, nas condições impostas pela economia mundial. É nesse embate que Stalin desfigura completamente as posições de Lênin sobre a revolução em um país, transformando em possibilidade de construção do “socialismo em um só país”.

As divergências levaram Trotsky a constituir a Oposição de Esquerda Russa. Em 1927, o enfrentamento com a orientação da Internacional sobre a China transborda. Trotsky condena terminantemente a submissão do Partido Comunista Chinês ao partido nacionalista Kuomintang. A caracterização de Stalin, de que a Oposição de Esquerda representava um “desvio socialdemocrata”, ainda em 1926, servia para aplainar o terreno da expulsão de Trotsky. No ano seguinte, é submetido à Comissão de Controle, acusado de violar a disciplina, e, no XV Congresso, em dezembro, os principais dirigentes da Oposição de Esquerda são expulsos. No início de 1928, Trotsky é preso e desterrado no Turquistão, Alma-Ata; em 1929, é expulso da União Soviética. Inicia-se uma peregrinação pela Turquia, França, Noruega, concluindo no México, em 1937.

Neste trajeto, Trotsky constitui a Oposição de Esquerda Internacional, que, até 1933, se desenvolveu como uma fração da III Internacional. A ascensão de Hitler indicava uma mudança profunda no equilíbrio das relações mundiais das potências. A III Internacional se mostrava incapaz de dirigir o movimento da classe operária contra o imperialismo, em geral, e sua expressão fascista, em particular. Colocava-se a necessidade de trabalhar pela constituição de uma nova Internacional, como Lênin havia feito, diante do revisionismo da II Internacional. A burocracia estalinista cristalizada recrudescer a repressão interna, armando os Processos de Moscou, e, externamente, realiza uma campanha caluniosa contra Trotsky e os trotskistas.

A tese de Trotsky, de que a revisão do internacionalismo pela camarilha de Stalin desarmaria a III Internacional, diante do recrudescimento das disputas inter-imperialistas, vai se confirmando, em ritmo acelerado. Trotsky caracteriza que “o Pacto Germano-Soviético é uma capitulação de Stalin diante do imperialismo fascista, a fim de resguardar a oligarquia soviética”. Essa aliança assinalava o início da II Guerra Mundial. No “Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial”, de maio de 1940, Trotsky responsabiliza a política de Stalin pela entrega da Polônia aos nazistas. Afirma que “a tarefa colocada pela história não é apoiar uma parte do sistema imperialista contra outra, mas sim acabar com o conjunto do sistema”. Logo em seguida, em 8 de junho, Trotsky divulga a denúncia sobre o atentado sofrido, “Stalin quer minha morte”. E em 20 de agosto, foi assassinado.

Essa sequência de acontecimentos revela que Stalin e sua polícia política planejaram a morte de Trotsky como parte da guerra. Não há como desvincular a execução do revolucionário do avanço da degeneração do Terroir estalinista nas entranhas do capitalismo em decomposição, e sob as pressões mundiais do imperialismo.

O resultado final da II Guerra Mundial comprovou o acerto das teses da IV Internacional. Cerca de um ano após o assassinato de Trotsky, Stalin se viu obrigado a fazer uma virada em direção aos Estados Unidos e Inglaterra. Em junho de 1941, subordina a III Internacional à aliança da União Soviética com a fração imperialista vencedora. Dois anos depois, Stalin ordena a dissolução da III Internacional, junho de 1943. Em novembro, realiza-se a Conferência de Teerã, cuja função foi a de planejar a nova partilha, prevendo a derrota da Alemanha. As Conferências seguintes, Ialta e Potsdam, selaram o acordo da partilha. Passados cinco anos do assassinato de Trotsky, o fim da guerra estabeleceu a

nova partilha, ditada pelos Estados Unidos. É bom indicar que fez parte dessa negociata, a criação do Estado sionista de Israel, com o apoio de Stalin. É incontestável que a liquidação da III Internacional fez parte da tática colaboracionista do estalinismo com a fração vencedora da guerra.

O Programa de Transição, os documentos da Oposição de Esquerda Russa e da Oposição de Esquerda Internacional constituem o pilar do internacionalismo proletário, como parte da estrutura criada pelos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista.

Os acontecimentos posteriores demonstraram, de um lado, que os compromissos da União Soviética com a fração imperialista vitoriosa serviram à elevação dos Estados Unidos como a potência que conduziria à reconstrução da Europa e do Japão, em contraposição à União Soviética e às revoluções proletárias. E, de outro, que a burocracia restauracionista não tinha como manter as conquistas revolucionárias, e utilizá-las como arma na luta internacional do proletariado contra a nova ordem do pós-guerra e a hegemonia norte-americana. As ilusões de que o comunismo saiu fortalecido da guerra se foi dissipando na medida em que as conquistas foram desmoronando e dando lugar às forças restauracionistas. A derrocada da União Soviética, quatro décadas depois do fim da guerra, resultou de sua subordinação à aliança imperialista, da nova partilha do mundo, e da destruição da III Internacional. A derrota da Oposição de Esquerda Russa deu início a um processo de restabelecimento do elo capitalista, rompido pela revolução proletária de outubro de 1917.

Passados 81 anos do assassinato de Trotsky, as inúmeras revoluções foram sendo desmontadas e destruídas. A restauração do capitalismo na China é uma das consequências mais duras para o proletariado mundial, ao lado da desintegração da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A regressão histórica não conduz ao renascimento das forças produtivas capitalistas, mas à sua decomposição e, assim, ao avanço da barbárie social.

A IV Internacional não teve como se firmar, após a perda de seu dirigente histórico. Trotsky tinha consciência de que a vanguarda revolucionária marchava na contracorrente. Sua convicção sobre a necessidade de uma nova Internacional, que desse continuidade à III Internacional, criada pela Revolução Russa, e sob a condução de Lênin, se baseou na experiência da luta internacional do marxismo-leninismo. Não houve tempo para que a IV Internacional, sob sua direção, constituísse sólidos pilares no proletariado, como foi o Partido bolchevique para a III Internacional. A direção que herdou a tarefa de dar continuidade à obra da Oposição de Esquerda Russa, Oposição de Esquerda Internacional e a IV Internacional, se mostrou muito aquém de uma direção marxista-leninista-trotskista. Acabou sucumbindo, prematuramente, às pressões pequeno-burguesas do estalinismo e do reformismo. A sua dissolução, nos anos de 1950-1960, retardou a luta pela superação da crise de direção mundial. A tarefa da vanguarda revolucionária é a de reerguer a IV Internacional, reconstituindo o Partido Mundial da Revolução Socialista.

***Memória eterna a Leon Trotsky!
Lutemos pela revolução proletária em nosso
país, como parte da revolução mundial!***

Em seguida à campanha dos 81 anos do assassinato de Leon Trotsky, concluímos com a discussão e saudação à fundação da IV Internacional.

83 anos da fundação da IV Internacional

(3 de setembro de 1938)

Três anos antes da constituição da IV Internacional, Trotsky submeteu o Sétimo Congresso da III Internacional a uma análise crítica, em que demonstra a completa revisão das teses leninistas sobre a guerra imperialista e a política internacional do proletariado. A conclusão de que se tratava da liquidação programática da Internacional se confirmou plenamente.

Em 1919, o Congresso realizado em Moscou deu origem à Internacional Comunista. Sob a direção de Lênin e Trotsky, ocorreram quatro Congressos, por isso se denominaram como os Quatro Primeiros Congressos da III Internacional (1919, 1920, 1921 e 1922). Sob a direção de Stalin, se realizaram três Congressos (1924, 1928 e 1935).

Nota-se o espaçamento crescente entre os Congressos, depois de instalada a burocracia estalinista. Quatro anos se passaram, para a sua direção da Comintern convocar o sexto Congresso; e sete anos, para o sétimo e último Congresso.

A II Guerra teve início em 1939, quatro anos após a convocação do Sétimo Congresso. Esse funcionamento espaçado revela o processo de relativização cada vez maior da importância do internacionalismo para a política interna da URSS, embora a luta de classes avançasse mundialmente, e as forças do imperialismo fossem se alinhando em torno a uma nova conflagração entre as potências.

A direção do Partido Comunista da Rússia passou a desconhecer o programa da III Internacional dos quatro primeiros Congressos, e a tática correspondente, que, em grande medida, foram baseados na experiência da I Guerra Mundial, falência da II Internacional, formulações do marxismo-leninismo, Revolução Russa vitoriosa e revoluções derrotadas.

O Sétimo Congresso concluiu o desenvolvimento das revisões iniciadas por Stalin e seus aliados, principalmente a partir da morte de Lênin, em 1924. Em sua crítica ao Sétimo Congresso, Trotsky considera que, quaisquer que fossem os passos dados dali em diante, a III Internacional já não tinha futuro, uma vez que estabeleceu a tática das “frentes populares”, em cuja essência se encontra a política oportunista da colaboração de classes, e cujas consequências políticas conduziam os partidos comunistas a se subordinarem a partidos e governos burgueses. Essa linha foi levada às últimas consequências na França, como demonstra a análise de Trotsky. *“Na atualidade, o único traço que distingue os comunistas dos socialdemocratas é a fraseologia tradicional, e esta não é difícil de esquecer”*. Essa conclusão lhe permitiu levantar a hipótese de que, se não fosse o peso dos aparatos, a Segunda e a Terceira Internacional poderiam se valer da frente para dar um passo para uma “plena fusão”. Essa aproximação estratégica significava que se fechava o precipício que se abriu entre o comunismo e a socialdemocracia, durante a Primeira Guerra e a Revolução Russa, portanto, entre a Terceira Internacional e a Segunda. Essa hipótese não se realizou imediatamente. Mas, se confirmou por outro caminho e forma.

Trotsky previa uma profunda mudança, diante da conflagração que se avizinhava, cujas consequências levariam a uma nova

separação, entre o campo oportunista e o revolucionário. Foi o que ocorreu na 1ª guerra mundial, com a capitulação da II Internacional e a constituição da III Internacional. Nesse sentido, vinha trabalhando, desde 1933, pela fundação da IV Internacional. Quando ocorre o Sétimo Congresso estalinizado, em vários países, se constituíram “pequenos grupos de vanguarda”, que impulsionavam o surgimento da nova Internacional. O revisionismo estalinista atingia mortalmente a Comintern. A ruptura programática estabeleceu a separação entre os seus quatro primeiros Congressos e os três que se seguiram. A IV Internacional, não só reivindicava o programa originário, como lhe dará continuidade, sob o Programa de Transição. É fundada em 3 de setembro de 1938, em uma pequena localidade nas imediações de Paris, sem que Trotsky pudesse estar presente, devido ao rigoroso exílio no México. Na presente data, 3 de setembro de 2021, cumpre 83 anos.

Em 1943, no auge da 2ª guerra mundial, Stalin decidiu dissolver a III Internacional, sob o argumento de que permitia ir adiante com a aliança de países em choque com o fascismo. Avaliava que a Internacional Comunista *“havia cumprido sua missão histórica”*. Na decisão sobre sua dissolução, depois de referir-se ao seu importante papel cumprido, concluiu: *“Mas, muito antes da guerra, era cada vez mais patente que, na medida em que se complicava a situação de cada país, tanto interna como internacionalmente, a solução dos problemas do movimento operário de cada país por qualquer centro internacional encontraria dificuldades insuperáveis (...) A marcha dos acontecimentos durante o último quarto de século, assim como a experiência acumulada pela Internacional Comunista, demonstraram, de maneira convincente, que a forma de organização para agrupar os operários, eleita pelo primeiro Congresso da Internacional Comunista, forma que correspondia às necessidades do período inicial do renascimento do movimento operário, ia caducando, na medida em que se desenvolvia este movimento, e pela complexidade de suas tarefas em diferentes países, chegando inclusive a ser um obstáculo para o fortalecimento posterior dos partidos operários nacionais”*.

Essas duas passagens da resolução, aprovada em 15 de maio de 1943, pelo Presidium do Comitê Executivo da Internacional Comunista, atestam claramente a negação estalinista de que a III Internacional se constituiu como um Partido Mundial do proletariado, voltado a desenvolver a luta de classes, e a preparar as condições da revolução social em cada país, como parte do internacionalismo comunista. Nota-se que, quando diz que *“se complicava a situação de cada país”* e que *“qualquer centro internacional”* seria um estorvo, está expressando os percalços de levar adiante a política de colaboração de classes. Menos de um mês depois, 9 de junho de 1943, G. Dimitrov assinava o termo de dissolução da III Internacional, em comunicado de três breves pontos. Diz que foi uma decisão unânime, e que encarregou uma *“Comissão”*, composta por Dimitrov (presidente), Ercoli, Manuilski e Pieck, para pôr em *“prática a liquidação de assuntos pendentes, dos organismos, dos serviços e dos bens da I.C.”*

Não existe, na história do movimento operário e das Internacionais, um comunicado tão miserável e criminoso como o da liquidação da III Internacional. Rasgaram-se todos os disfarces ver-

bais que ocultavam a liquidação da III Internacional, já no Sétimo Congresso, de 1935. Stalin e sua camarilha terdioriana entregaram a mais potente obra do proletariado, como prêmio aos aliados vencedores da 2ª Guerra Mundial. Os nazifascistas foram derrotados, o que possibilitou a elevação dos Estados Unidos como a maior potência dominante, e uma nova partilha do mundo. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi preservada, e a III Internacional, liquidada. Mas, as leis da história são imperativas. O fortalecimento do imperialismo e o avanço da burocratização da URSS potenciariam as forças restauracionistas. A liquidação da III Internacional retratou o que iria se passar com a mais avançada revolução proletária. Com a derrocada da URSS, veio o desabamento do Leste Europeu, e o impulso restauracionista na China. Passados 83 anos da fundação da IV Internacional, e 76 anos do fim da 2ª Guerra Mundial, o capitalismo se encontra mergulhado

83 anos da fundação da IV Internacional

na mais profunda crise estrutural. As forças produtivas em choque com as relações de produção desencadearam uma nova etapa da guerra comercial e do rearmamento mundial. A crise de direção revolucionária, portanto, é o grande obstáculo para o proletariado reassumir seu posto avançado, conquistado na Revolução Russa e com a formação da III Internacional. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de assimilar detalhadamente a terrível experiência histórica da traição estalinista, do revisionismo programático ao leninismo, e da restauração capitalista triunfante, para tomar em suas mãos a tarefa de resolver a crise de direção.

***Viva os 83 anos da IV Internacional!
Reconstruir o Partido Mundial da Revolução
Socialista!***

Pelo Comitê Central do POR, Atilio de Castro

Abaixo publicamos o valioso documento, escrito por Trotsky, sobre a destruição da III Internacional.

O Congresso de liquidação da Comintern (III Internacional)

23 de agosto de 1935 – Trotsky

O Sétimo Congresso da Comintern, que, no momento de escrever estas linhas, ainda não havia concluído suas deliberações, passará à história, cedo ou tarde, como o Congresso de liquidação da Comintern. Ainda que seus participantes não reconheçam, estão empenhados – com tal unanimidade obrigatória, que tem sido a característica geral da Terceira Internacional nos últimos anos – na liquidação do programa, princípios e métodos táticos estabelecidos por Lênin, e estão preparando a abolição total da Comintern como organização independente.

A Terceira Internacional surgiu diretamente da guerra imperialista. É certo que distintas tendências lutavam no seio da II Internacional, há muito tempo; mas, nem mesmo a da extrema esquerda, representada por Lênin, pensava que seria necessário criar a unidade revolucionária da classe operária mundial, por meio de uma ruptura total com a socialdemocracia. A degeneração oportunista dos partidos operários, estreitamente vinculada com o período de florescimento do capitalismo em fins do século passado e princípios deste, se revelou plenamente, no momento em que a guerra colocou na borda do precipício a seguinte questão: a favor ou contra a burguesia nacional? Em 1914, o processo político deu um salto brusco – para empregar a palavra de Hegel, a acumulação de mudanças quantitativas adquiriu repentinamente um caráter qualitativo.

A brusca virada para o patriotismo, por parte das seções da II Internacional, foi inesperada para todos, como demonstra claramente o exemplo de Lênin. Em anos anteriores, teve mais de uma ocasião para criticar a socialdemocracia alemã; mas, invariavelmente, a considerava seu partido. E inclusive quando, estando na Suíça, recebeu a última edição do Vorwaerts, onde se anunciava que o bloco socialdemocrata do Reichstag havia votado em favor dos créditos de guerra de Guilherme Hohenzollern, declarou, confiantemente, diante de um círculo de amigos, que o estado maior alemão tinha falsificado aquela edição, para demonstrar a unidade fictícia do povo alemão, e assustar o inimigo. E quando já não restava lugar para as ilusões reconfortantes, as conclusões que Lênin extraiu da catástrofe foram cortantes e categóricas. A Internacional socialdemocrata estava rompida, suas seções individuais tinham se colocado a serviço dos estados maiores nacionais, era necessário construir uma nova Internacional: esse foi o programa

de Lênin, a partir dos primeiros dias da guerra. A partir de então, os dirigentes parlamentares e sindicalistas das organizações operárias passaram a ser, para ele, meros agentes do ativismo imperialista no seio da classe operária. Proclamou que a ruptura com esses agentes era o primeiro requisito para o desenvolvimento posterior do trabalho revolucionário. A nova Internacional, livre de todo o oportunismo, devia converter-se em uma organização para a guerra civil contra o imperialismo. Lênin repudiou até mesmo o nome da socialdemocracia, denunciando-a como camisa suja, que devia ser substituída por outra, limpa.

Refletindo sobre as bases teóricas do reformismo à luz da nova experiência, Lênin colocou toda ênfase sobre a teoria do estado. Os dirigentes da Segunda Internacional viam no estado democrático uma instituição autônoma, suspensa por cima das classes, e, conseqüentemente, capaz de servir a objetivos históricos distintos, inclusive contrapostos. Para eles, o problema estava em preencher a democracia “pura”, passo a passo e gradualmente, com um novo conteúdo econômico. Jaurés, o representante mais brilhante do reformismo, dizia: “é necessário socializar a República”. A idealização da democracia conduziu inevitavelmente à idealização dos partidos democráticos da burguesia. Afirma-se que a colaboração com os mesmos era um requisito necessário para o “progresso” sistemático.

Se, na Alemanha, com seu vertiginoso desenvolvimento econômico e seu atrasado desenvolvimento político, os partidos democráticos murcharam antes de florescer, na França conservadora, com suas classes intermediárias mais estáveis e com as tradições da Grande Revolução, o Partido Radical continuou ocupando, na vida política da república, um posto destacado, inclusive decisivo, se se observa superficialmente. Na França, a teoria da democracia pura como terreno para o progresso ininterrupto desembocou diretamente no bloco dos socialistas com os radicais. Esta questão foi, durante décadas, a pedra de toque para o movimento operário. Jaurés era partidário de uma aliança de todos os “republicanos puros”, contra a “reação”. Guesde, em compensação, era partidário da luta de classes contra todos os partidos da burguesia, incluindo a ala traidora. Na ocasião, este antagonismo costumava adquirir características muito agudas, mas, em última instância, suas conseqüências práticas não ultrapassavam os limites da democracia burguesa. Apesar de todas suas formulações, teoricamente irre-

conciliáveis, em 1914, Guesde se pronunciou pela defesa da Terceira República contra o “militarismo prussiano”, e, inesperadamente para todos – talvez para si mesmo –, aceitou o cargo de ministro da defesa nacional. Aos olhos de Lênin, seu antigo camarada de armas – em certa medida seu mestre – se converteu em um traidor do internacionalismo, tão traidor como o infame Scheidemann.

Neste momento, Lênin dirigiu todo o fogo de sua crítica teórica contra a teoria da democracia pura. Suas inovações foram a de um restaurador. Limpou a doutrina de Marx e Engels – o estado como instrumento da opressão de classe – de todas as amálgamas e falsificações, devolvendo-lhe sua intransigente pureza teórica. Ao mito da democracia pura, contrapôs a realidade da democracia burguesa, edificada sobre os cimentos da propriedade privada, e transformada, pelo desenvolvimento do processo, em instrumento do imperialismo. Segundo Lênin, a estrutura de classe do estado, determinada pela estrutura de classe da sociedade, excluía a possibilidade de que o proletariado conquistasse o poder nos marcos da democracia e de seus métodos. Não se pode derrotar um adversário armado até os dentes com os métodos impostos pelo próprio adversário se, além disso, é também árbitro supremo da luta. O avanço do proletariado socialista conduz, inevitavelmente, à derubada revolucionária ou contrarrevolucionária da democracia. Apenas o problema se desloca, de uma questão secundária da reforma parlamentar, à questão da propriedade privada, todos os partidos da burguesia, inclusive os mais “esquerdistas”, se agrupam em torno ao núcleo mais poderoso da classe dominante, isto é, em torno ao capital financeiro. Deste ponto de vista, a perspectiva do progresso pacífico ou da socialização democrática se revela como simplesmente utopia. Os preparativos da revolução exigem uma ruptura simultânea com os radicais burgueses e, como já sabemos, com os reformistas democráticos da própria classe operária.

Seria absolutamente errôneo extrair, do que foi dito anteriormente, a conclusão de que Lênin ignorava a pequena burguesia, em particular o campesinato, como fator político. Pelo contrário, considerava que a capacidade do partido operário, de arrastar por trás de si as massas pequeno-burguesas da cidade e do campo, era um requisito necessário para a vitória da revolução, não só na Rússia e nos países do Oriente colonial, mas também, em boa medida, nos países capitalistas metropolitanos altamente desenvolvidos. No entanto, no interior das denominadas classes médias, traçava uma demarcação estrita entre as camadas superiores, economicamente privilegiadas, e os extratos inferiores explorados: entre os ativistas parlamentares e os cordeiros eleitorais. Considerava que, para forjar a aliança combativa do proletariado e da pequena burguesia, era necessário primeiramente limpar as fileiras operárias dos reformistas e, em seguida, libertar a plebe da cidade e do campo da influência da democracia burguesa. Para Lênin, a coligação parlamentar da socialdemocracia com os democratas burgueses significava uma perda de tempo e, portanto, facilitava a vitória da ditadura mais reacionária do capital financeiro. Uma aliança do proletariado com a pequena burguesia exige a condução de um partido revolucionário, que, para tal, somente se pode alcançar por meio de uma luta implacável contra os partidos históricos das classes velhas.

Esse é o miolo dos ensinamentos de Lênin sobre as condições para preparar a revolução proletária. Tendo por base estes princípios, plenamente comprovados e confirmados pela experiência da Revolução de Outubro, se fundou a Internacional Comunis-

ta. Essa breve resenha teórica ajudará o leitor a determinar com justeza a posição histórica do último congresso comunista, que, no tocante a todos os problemas-chaves de nossa época, liquidou os ensinamentos de Lênin, realizando uma brusca virada de 180° para o oportunismo e o patriotismo.

No marco de sua doutrina sobre o imperialismo, Lênin considerava que a procura da chamada parte culpada pelo conflito entre estados imperialistas era absurda. A diplomacia de cada país atribui a responsabilidade da guerra ao outro bando, e os socialdemocratas de cada país apóiam obedientemente os diplomatas. É por todos sabido que, nem mesmo o detetive mais experimentado, pega sempre o criminoso. E o que acontece se os paíes da Europa se incendeiam simultaneamente e de vários ângulos? O critério legal de “culpabilidade” não nos leva a lugar algum. O verdadeiro culpado da guerra é o imperialismo, isto é, a incompatibilidade dos interesses mundiais que ele mesmo engendra. A paz de Versalhes é um elo nos preparativos para a próxima guerra, assim como o programa de Hitler, cuja vitória foi facilitada pelo mesmo tratado de Versalhes.

No entanto, aqueles que redigiram os discursos do Sétimo Congresso, e que participaram nas discussões subsequentes, em total violação dos documentos de fundação da Internacional Comunis-

ta, repetem, unanimemente, que o perigo da guerra emana do fascismo alemão. A conclusão que extraíram de tudo isso é que se necessita da sólida unidade de todas as forças “democráticas” e “progressistas”, de todos os “amigos da paz” (essa expressão existe) para a defesa da União Soviética, por um lado, e da democracia ocidental, de outro. Essa concepção superficial, banal, das relações mundiais, remonta diretamente da

doutrina oficial da Entente de 1914-1918, com única diferença de que, onde se dizia militarismo prussiano, agora se diz fascismo.

Na verdade, a causa pela qual a Alemanha trocou sua atitude de tímida adulação pela busca agressiva de “igualdade”, não reside nas cordas vocais de Hitler, que não possuem poder místico algum, mas sim no reanimamento das poderosas forças produtivas do país, depois das comoções da guerra e do período do pós-guerra. O que a Inglaterra e a França defendem diante da Alemanha não são os princípios democráticos, mas sim o equilíbrio artificial do poder estabelecido como resultado da guerra. A Itália participou no campo vitorioso dos “defensores da democracia”, o que não lhe impediu ser o primeiro a cair no fascismo. Voltando ao momento atual, é precisamente a Itália, aliada da democracia francesa – e indiretamente da União soviética – que se presta a iniciar o sangrento conflito, mediante sua invasão saqueadora da Etiópia. À luz desses fatos sensíveis e incontroláveis, a tentativa de apresentar os antagonismos imperialistas da Europa como um choque, entre os princípios da democracia e do fascismo, é absolutamente ridículo. Deve acrescentar a isso que, no caso da guerra, as tendências fascistas na França, Tchecoslováquia, Romênia, etc. se desenvolverão de forma incontrolável, mas que a vitória total do fascismo na Europa não reduziria em um ápice os antagonismos que a desencadeiam.

É verdade que, nos discursos dos delegados diante do Congresso, os argumentos em defesa da democracia da Europa central e do ocidente, diante dos ataques do nacional-socialismo, ocuparam um lugar secundário, em relação ao argumento da defesa da União Soviética. Entretanto, essa hierarquização dos argumentos pode trocar-se com facilidade, e o será inevitavelmente. O dever de defender a “democracia” e a “independência nacional” diante do

nacional-socialismo manterá evidentemente toda sua força, com a dispensa ou não da participação da União Soviética na guerra. Por outro lado, a consigna da defesa da terra dos soviets foi inscrita na bandeira da Terceira Internacional, no seu nascimento. O Sétimo Congresso permanece formalmente fiel a essa tradição. Mas que diferença de perspectiva e de métodos!

Sob Lênin, e nos primeiros anos depois de sua morte, os principais adversários na arena mundial eram o social-patriotismo e seu irmão de leite, o pacifismo democrático. Aceitava-se como verdade inquestionável que estes eram os fatores que adormeciam as mentes dos trabalhadores, deixando o imperialismo com as mãos livres. O certo é que, em épocas anteriores, a diplomacia soviética jamais se absteve de explorar as contradições do imperialismo (ainda que nunca as apresentasse como contradição entre a “reação” e a “democracia”); mas a direção na época de Lênin considerava que a principal garantia para a existência e o desenvolvimento da União Soviética se encontrava no desenvolvimento da revolução europeia e mundial. Era precisamente por isso que, nessa época, não se falava sequer de estabelecer alianças prolongadas entre os soviets e alguns dos setores imperialistas em pugna, e a ninguém passou pela cabeça que, naqueles países capitalistas com as quais a União Soviética havia estabelecido relações temporárias, o proletariado deveria substituir a luta revolucionária contra a burguesia pela colaboração reformista e pacifista com os partidos burgueses de “esquerda” e com todos os “amigos da paz”, em geral. De modo que, no que se refere à guerra, o pacifismo e a “guerra civil” produziu uma virada de quase 180° graus.

Antecipadamente, assinalamos que nenhum delegado do Sétimo Congresso repudiou diretamente a revolução proletária, nem a ditadura do proletariado, nem nenhuma dessas coisas terríveis. Pelo contrário: os oradores oficiais juraram que, no fundo do coração, nada tinha modificado, e que as mudanças de tática se aplicam tão só a uma etapa histórica determinada, na qual corresponde defender, tanto a União Soviética, como aos retalhos da democracia ocidental diante de Hitler. No entanto, não é aconselhável dar crédito a esses juramentos solenes. Se os métodos da luta de classes revolucionária tornam-se inúteis em circunstâncias históricas difíceis, isso significa que sua bancarrota é total, sobretudo levando em conta que a época que se aproxima se caracterizará por dificuldades crescentes. Como Lênin zombava dos social-patriotas, quando juravam que arquivavam suas obrigações internacionais somente “enquanto durasse a guerra”!

O eixo de todas as discussões no Congresso foi a última experiência na França, sob a forma da denominada “Frente Popular”, que era um bloco de três partidos: Comunista, Socialista e Radical. A colaboração direta e indireta com os Radicais (o chamado cartel) sempre foi uma parte constitutiva da política do Partido Socialista. Mas, em contraposição aos socialdemocratas alemães, a seção francesa da Segunda Internacional, atada pelas tradições revolucionárias do proletariado, jamais pôde decidir pela colaboração com a esquerda burguesa, até o momento de integrar com ela um governo de coalizão. O cartel, limitando-se a fazer acordos eleitorais e blocos parlamentares, proclamou que sua tarefa consistia em “defender a democracia”, diante da reação interna e dos perigos externos. Poderia dizer-se que o Partido Comunista francês se fez na luta contra o cartel. Diante da necessidade de se defenderem dos golpes da esquerda, os socialistas justificavam sua política com base na necessidade da união com as classes médias, o que os comunistas respondiam que, apesar da base de apoio principal dos radicais ser a pequena burguesia, em todas as questões importantes sacrificavam esses interesses no altar da

83 anos da fundação da IV Internacional

aristocracia financeira. A aliança com partido da paz de Versalles – diziam – preparava o terreno para uma nova guerra, e uma nova traição por parte dos socialistas.

A derrocada do gabinete de Daladier por uma insurreição de bandos armados da reação (6 de fevereiro de 1934) provocou uma série de mudanças radicais na distribuição das forças políticas. Pressionado pela agitação que reinava entre as massas, o Partido Socialista se afastou apressadamente dos desprestigiados radicais; inclusive expulsou, de suas fileiras, o bloco de parlamentares de direita, os chamados neossocialistas, para quem a colaboração com a esquerda burguesa era o elemento essencial da política socialista. Por outro lado, a iminência do perigo fascista na França e o aumento do armamento alemão provocaram um processo oposto, e vertiginoso, na Comintern. Os mesmíssimos dirigentes que, até 6 de fevereiro, taxavam o radical de esquerda Daladier de fascista, e o dirigente socialista Leon Blum de social-fascista, diante do assalto do fascismo autêntico, perderam toda confiança em si mesmos e em sua bandeira e – sob a instrução direta de Moscou, certamente – resolveram buscar a salvação em uma aliança com os partidos democráticos, não só com os socialistas, mas também com os radicais.

As conversações, que prosseguiram durante vários meses, tiveram um caráter puramente teatral, com um importante, ainda que involuntário elemento, de comicidade. Os socialistas receavam as ardentes declarações de amizade comunista; os “social-fascistas” de ontem temiam uma armadilha. E, quando, finalmente, viram a força do terror de seus recentes adversários inflexíveis, e aceitaram uma frente única, se abriu um segundo capítulo: a luta pela aliança com os radicais. Os socialistas evitavam obstinadamente o bloco com o partido dos arqui-conservadores Herriot e Daladier: sua longa experiência lhes demonstrava que resultava politicamente estéril; mas finalmente a pressão constante dos comunistas, dos morosos iniciantes do cartel, conseguiu se impor. Os radicais a quem seus aliados de esquerda nem sequer exigiam uma ruptura com a reação extrema, representada no gabinete de coalizão de Laval, aceitaram o cartel tripartite a contragosto, como meio político para fortalecer sua débil posição no parlamento, e assegurar para a França a ajuda do Exército Vermelho, no caso de última necessidade. Nem bem se formou a Frente Popular, os neossocialistas ocuparam o lugar que naturalmente lhes correspondia na mesma, ao lado do partido de Briand. Assim, se demonstrou que sua anterior expulsão se deveu a um simples mal-entendido.

Ao apresentar a experiência francesa como um modelo de aplicação mais efetiva da nova política realista, nem o orador Dimitrov, nem os delegados franceses, se preocuparam em analisar a real natureza social e econômica desse agrupamento temporário de forças, que levam o nome altissonante de “Frente Popular”. Pelo contrário, todos os oradores se negaram obstinadamente a analisar o programa e as perspectivas do novo cartel. Não é surpreendente: a crise do parlamentarismo francês é, antes de tudo, a crise do radicalismo francês. As massas pequeno-burguesas estão perdendo sua confiança nos heróis da fraseologia jacobina, aqueles que na realidade acabam sendo um dos instrumentos do capital financeiro. O fascismo explora a desilusão política da pequena burguesia da cidade e do campo com o Partido Radical. Por trás dos bastidores, o capital financeiro brinda seu generoso apoio aos bandos fascistas, preparando-se assim uma nova base de apoio. O regime imperante possui um caráter transitório. O instável governo nacional de Laval necessita ainda do apoio dos radicais.

O caráter hipócrita e absolutamente putrefato desse partido se revela com absoluta clareza em que, por um lado, seus dirigentes mais representativos integram o governo nacional, que promul-

gou medidas draconianas de austeridade e, por outro lado, integram a Frente Popular, que está realizando uma ruidosa campanha contra o governo e seus decretos. Os socialistas e comunistas declaram que as medidas econômicas de Laval constituem um excelente presente político para o fascismo; ao mesmo tempo, evitam cuidadosamente toda menção sobre a responsabilidade dos radicais na política do governo. Os alicerces da Frente Popular se caracterizam pela ambiguidade, silêncio e fraude. Não é de estranhar que a luta contra o fascismo se revista de um caráter puramente decorativo. O desprestígio dos radicais entre as massas populares se estendeu automaticamente a seus aliados. A ruidosa “Frente Popular”, mas paralisada por suas contradições internas, coça impotente a cabeça. Ao mesmo tempo, os fascistas ampliam sua base política, e aperfeiçoam sua organização militar. Sobre isso, ninguém disse uma só palavra no Congresso, onde reina o monolitismo obrigatório, prescrito de antemão.

O Sétimo Congresso foi convocado essencialmente para impor como força de lei, e estender a todos os países, sem exceção, a virada de 180 graus do Partido Comunista Francês. Dito seja de passagem, o grande paradoxo deste Congresso está em que, enquanto estabelece a necessidade de *“caracterizar em forma estritamente realista as particularidades nacionais de cada país”*, estabelece de chofre que a “Frente Popular” é o modelo para todas as seções. Devido à sua valente conduta diante do famoso processo do incêndio do Reichstag, Dimitrov ganhou certa autoridade moral – Dimitrov jamais teve, nem tem outro direito de reivindicar autoridade política –, e a ele, assim, se atribuiu a delicada missão de anunciar, em seu discurso verborrágico, vazio, que a Comintern, em luta contra o fascismo, tinha embarcado no caminho da coalizão democrática e do patriotismo. Diferentemente dos socialistas, que, como é sabido, jamais decidiram constituir uma coalizão governamental com os radicais, o Sétimo Congresso levou a sua virada até as últimas consequências, e colocou diretamente o problema do novo curso, como a construção de um governo de frente popular.

Se Marcel Cachin, Thorez e outros dirigentes do Partido Comunista Francês não conseguiram constituir, em um futuro imediato, um governo comum com o “radical-fascista” Daladier e o “social-fascista” Blum, o motivo disso se deve buscar nas armadilhas do processo histórico, e não na má vontade dos líderes comunistas. Mas, se apesar de todos esses fatores objetivos (crise, dificuldades econômicas, levantes revolucionários em Tolón, Brest, Le Havre, etc.), o governo de coalizão do bloco de esquerda assume o poder, não é necessário ser profeta, para prever que não será senão um breve episódio, e que, ao cair, arrastará consigo a “Frente Popular”. Seremos muito afortunados, se os retalhos da democracia francesa não ficarem sepultados sob suas ruínas.

A primeira grande guerra imperialista eclodiu no momento em que o capitalismo parecia estar no auge de seu poder, e o parlamentarismo parecia um regime eterno. O reformismo e o patriotismo da Segunda Internacional se apoiaram nestas bases. Guerra? Mas esta é a última guerra... De lá para cá, então, todas as ilusões, tanto as primárias como as derivadas, se dissiparam como fumaça. O caráter implacável de nossa época, que desnudou todas as contradições até a raiz, outorga características sumamente nefastas – poderíamos dizer, sumamente mesquinhas – à capitulação da Comintern, diante daquelas ideias e ídolos, aos quais declarara guerra santa no momento de nascer.

Na atualidade, o único traço que distingue os comunistas dos socialdemocratas é a fraseologia tradicional, e esta não é difícil de esquecer. Neste preciso instante, os dirigentes comunistas começam a empregar, e com muito êxito, uma linguagem de salão com

seus aliados da direita; a velha reserva de imprecisões é dirigida unicamente contra os adversários de esquerda. Não seria de estranhar que se proclame a frente única como um primeiro passo para a plena fusão organizativa dos partidos da Segunda Internacional e Terceira Internacional.

Os obstáculos no caminho de tal fusão não se encontram tanto nas ideias como nos aparatos. Na Inglaterra, Bélgica, Holanda e nos países escandinavos, as seções da Comintern são demasiadamente insignificantes para interessar, aos partidos reformistas, as experiências de frente única ou as tentativas de fusão. Mas, ali onde a distribuição de forças é mais equilibrada, sobretudo na França, ambos os bandos começam a colocar a questão da fusão como um problema prático. Será resolvido em um futuro imediato? Desde o acordo do pacto franco-soviético, as diferenças programáticas e táticas se reduziram ao mínimo; os socialdemocratas prometem defender a União Soviética, em compensação os comunistas prometem defender a República Francesa. Em relação à guerra e à defesa nacional – o problema fundamental de nossa época – as bases para a unidade já estão assentadas. Mas, permanece o problema das tradições dos dois aparatos burocráticos fechados e dos interesses materiais de um bom número de pessoas vinculadas a tais aparatos. O futuro revelará se a pressão conjunta do fascismo e da diplomacia moscovita será suficientemente forte para superar este empecilho secundário, mas bastante importante para percorrer o caminho da unidade. Seja como for, o Sétimo Congresso proclamou, aberta e terminantemente, que é necessária a busca da unidade com a mesma socialdemocracia a que Stalin, até há poucos anos, qualificava de gênio do fascismo.

Se tomamos o desenvolvimento ideológico e político da Comintern, deixando de lado o problema de seu futuro como organização – o corpo continua se decompondo, muito tempo depois de ter sido abandonado por sua alma viva –, podemos dizer que a história da Terceira Internacional encontra sua conclusão final no Sétimo Congresso. Há vinte anos, Lênin lançou a consigna de ruptura com o reformismo e o patriotismo. A partir de então, todos os chamados dirigentes centristas, oportunistas e intermediários, lançaram contra Lênin a acusação de sectarismo, mais do que qualquer outra acusação. Alguém pode concordar ou discordar de Lênin, mas não pode negar que a Internacional Comunista se fundou precisamente sobre a base da impossibilidade de conciliar as duas tendências fundamentais do movimento operário. O Sétimo Congresso chegou à conclusão de que o sectarismo foi a origem de todas as derrotas posteriores do proletariado. Assim, vemos que Stalin corrige o grande “erro” histórico do Lênin, e na forma radical: Lênin criou a Internacional Comunista; Stalin a está liquidando.

Sem dúvida, já se pode dizer que a unificação das duas Internacionais, por completa que seja, de nenhuma maneira garantirá a unidade da classe operária. Os princípios do social-patriotismo excluem a priori a possibilidade de manter a unidade internacional, sobretudo na época em que se avizinham choques militares. Mas, nem sequer haverá unidade dentro das fronteiras nacionais. Ao iniciar a nova etapa histórica, se produzirá inexoravelmente uma nova cisão irreconciliável nas organizações operárias, um reagrupamento de seus elementos, em torno a dois eixos: o oportunista e o revolucionário. Na maioria dos países, já se tem levantado a bandeira da Quarta Internacional. No momento, trata-se, desde já, de pequenos grupos de vanguarda. Mas, quem conhece a história do movimento operário compreenderá a importância sintomática deste fato. No entanto, esse aspecto da questão ultrapassa os limites deste texto, cujo objetivo é realizar uma avaliação geral do Sétimo Congresso. Repetimos: passará à história como o Congresso de liquidação.

Nesta edição:

- **Argentina:** Intervimos na campanha eleitoral com as bandeiras da classe operária.
- **Bolívia:** Cúpula para a reconstrução econômica e financeira.
- **Peru:** Castillo capitula à ofensiva direitista.
- **Bolívia:** *O drama afegão* - Saudamos a expulsão do imperialismo e o direito à autodeterminação da nação oprimida.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Argentina

Intervimos na campanha eleitoral com as bandeiras da classe operária

Estas eleições se realizarão no marco do desastre social de toda a ordem: desemprego, precarização do trabalho, carestia infernal, destruição do poder aquisitivo dos salários e aposentadorias, fome e miséria. Tudo agravado pela Pandemia.

A cada dois anos, se repete esta situação especial: em todo o país, se realizam eleições e, durante algumas semanas, ocorrem as campanhas eleitorais, com uma quantidade de candidatos, de partidos, de frentes, que chamam a votar. Todos os dias, em todas nos rádios, televisão, redes e jornais. Seria uma grande oportunidade para colocar em discussão os programas, as respostas diante dos dramáticos problemas que suportamos, cara a cara com a sociedade!

Contudo, assistimos frequentemente o esvaziamento de ideias. Somente promessas e ataques, cada vez mais tediosos e despolitizados. Provocando uma polarização eleitoral entre oficialistas, pedindo que se lhes renove um voto de confiança, que se aprove o que fizeram, culpando a herança recebida, e os opositores, que querem que se castigue o governo pela situação que se vive, esquecendo que, até há pouco, eles eram governo. Slogans e imagens para vender candidatos, como se fossem qualquer produto comercial.

A grande maioria dos candidatos só é conhecida porque são promovidos, dia e noite, pela televisão e rádios, em vários programas, sem que se saiba direito como chegaram até esse lugar. Não temos nada a ver com toda essa politicagem.

Os candidatos e partidos que se conhecem são impulsionados por esses meios de comunicação massivos e por seus proprietários, que têm evidentes interesses político e econômico. Além do mais, os principais candidatos dos partidos patronais arrecadam generosas contribuições das empresas para suas campanhas, que depois recuperam largamente. Há também empresários que colocam os ovos em todas as cestas.

Está ausente o essencial que deveria se debater. Não se trata de listar as queixas e sofrimentos que todos já conhecem, mas, as respostas, como resolver, como impor essas respostas.

Por que não debatem programas, ideias? Simplesmente porque nenhum deles tem respostas aos graves problemas que vive a grande maioria da população.

Nestas eleições, se escolherão cargos legislativos locais, provinciais e nacionais. Nunca na história, houve um período tão lon-

go, com eleições a cada dois anos. O balanço do período é que o poder continuou nas mesmas mãos que estavam sob a ditadura militar. Que os que mandam, os que decidem, são os mesmos. Eles têm o poder real, são os donos dos bancos, das terras, das grandes fábricas, das minas e reservas, dos meios de comunicação, das empresas de serviços, etc. Podemos comprovar que o regime político que adotou formas democráticas é a continuidade da ditadura militar, é a ditadura do capital, sob forma diferente.

Sob a democracia burguesa, se perpetrou o mais violento ataque às condições de vida e de trabalho da maioria, e o maior saque da história. Tudo em nome da democracia. Os ricos são cada vez mais ricos, concentraram e centralizaram mais a propriedade dos seus meios de produção, enquanto os pobres são cada vez mais pobres.

O Congresso e as Assembleias estaduais são responsáveis pelas políticas que se aplicaram ou pelos governos que as aplicaram, seja por cumplicidade ou impotência. É necessário desmascarar o papel das instituições, para não depositar ilusões nelas. Essas instituições refletem a decadência do regime capitalista em decomposição e desintegração. Não há forma de recuperá-las. Intervimos nas eleições para denunciar esse caráter.

Nenhuma de nossas reivindicações, das nossas exigências, será resolvida pelo Congresso, pelas Assembleias estaduais, ou Câmaras municipais, a menos que os imponhamos pela força, com a luta generalizada. Dependemos de nossa própria organização e de nossos métodos de luta. Por essa via é que conquistamos os direitos que nos foram retirados.

O governo e seus candidatos denunciam a fraude da dívida externa, em todos seus detalhes, mas, a reconhecem e negociam pagá-la, com dinheiro arrancado dos nossos bolsos. Ninguém diz que o Congresso (e não só o governo e a justiça) é responsável por esse endividamento, que aprovou os orçamentos e as leis. Ninguém diz que a única via para rejeitar essa dívida, bem como para anular todas as reformas neoliberais, é a rebelião popular, encabeçada pela classe operária. A burguesia, seus partidos e suas instituições estão submetidos ao imperialismo, e nada há que esperar deles.

Os governos que se sucedem querem parecer diferentes, mas, no essencial, defendem os mesmos interesses. E se complementam: alguns contraem dívidas e transferem divisas, e os seus sucesso-

res renegociam e pagam, e assim se completa o círculo do saque. A grande propriedade nacional ou estrangeira não é afetada, nem por uns, nem por outros. Um governo faz ajustes mais violentos, até onde as massas permitem, e aquele que o sucede trata de atenuar a rebelião, “apagar o incêndio”, e fazer pequenas concessões, para não retroceder o que já fez o governo anterior. E assim se repete o tempo todo. Até quando? Até que a classe operária se independente, sindical e politicamente, da burguesia. Até que acabe com este regime de dominação, em que dividem os papéis para nos manter com os pés sobre nossas cabeças.

Intervimos nas eleições com a política da classe operária. Afirmando que o capitalismo está esgotado, que já não há como reformá-lo, que sua continuidade ameaça toda a sociedade, que nos está levando à barbárie. A resposta é expropriar os grandes meios de produção, para transformá-los em propriedade social, para poder transformar toda a economia, planejando-a, privilegiando as necessidades da maioria. Expropriar a oligarquia latifundiária, os bancos, as empresas privatizadas, as empresas monopolistas, que produzem aço, alumínio, estatizar a atividade hidrocarbonífera, a mineração, nacionalizar o comércio exterior. Daí sairão todos os recursos para resolver os grandes problemas. Expropriar os expropriadores, os saqueadores, corruptos, evasores de divisas e usurpadores.

Os governos são incapazes de desenvolver um vigoroso plano de obras públicas, que atenda às necessidades da maioria, porque o FMI e os grandes capitalistas se opõem. É necessário e urgente criar milhares de empregos genuínos. Devemos tomá-los em nossas mãos.

Os governos não foram capazes de proteger nossa saúde. Quantas mortes poderiam ter sido evitadas, se tivessem sido expropriados as clínicas, os convênios, os laboratórios farmacêuticos, e integrados em um único sistema estatal de saúde. Durante todo o tempo que durou o isolamento, só pagaram 3 IFES (Ingresso Familiar de Emergência). Somente 3! Uma quantidade que não dava para nada. Os trabalhadores da saúde tiveram de sair à luta inúmeras vezes, reivindicando salários, equipamentos para se proteger e proteger os demais, para acabar com toda forma de

precarização do trabalho. Não adianta fazer algumas coisas, melhores do que o governo anterior, é preciso tomar todas as medidas necessárias, utilizando todos os recursos para defender a população. Essa incapacidade voltará a se repetir com as novas ondas da Pandemia ou qualquer outro desastre sanitário.

Chamamos a intervir na campanha eleitoral e a votar com esta política que explicamos, com um programa, anulando o voto, porque nenhum candidato, nenhuma chapa, partido ou frente expressa a política da classe operária, ainda que falem em seu nome.

O caminho para a maioria é o que os oprimidos percorrem em vários países latino-americanos, com rebeliões gigantescas, para enfrentar os desastres provocados pelas políticas dos governos, destruidoras das condições de vida e de trabalho. O problema político que temos é o mesmo, querem nos distrair, nos dividir, nos apaziguar por meios democratizantes, nos iludir que, com eleições, congressos, leis e constituintes, é possível resolver nossas demandas, que castigamos um governo burguês, elegendo outro da mesma classe. Intervimos nas eleições ou nos congressos para dizer que a resposta está na organização das massas, em seus próprios métodos de luta.

A única saída realista para a maioria é a revolução social, para terminar de uma vez com este regime de exploração, desemprego, miséria e entreguismo.

Chamamos a valiosa vanguarda que luta a refletir sobre que respostas políticas nos estão oferecendo, a aprender com as melhores experiências que a história mostra, sobre como ajudar as massas a amadurecerem politicamente sua ruptura com as ilusões, com as políticas e com as organizações que bloqueiam seu futuro. A ajudar para que rompam com as políticas de conciliação de classes. A dirigir as energias para a construção da direção revolucionária, com a estratégia da ditadura do proletariado, do governo operário-camponês, conquistando pela primeira vez a democracia para a imensa maioria. Essa é a tarefa histórica que o POR assume.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 399,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Bolívia - Cúpula para a reconstrução econômica e financeira **Manobra governista para frear, com a cumplicidade** **da burocracia sindical, os explorados e oprimidos**

O discurso da “reativação econômica” tem por objetivo beneficiar os empresários e multinacionais, descarregando o peso da crise sobre as costas dos trabalhadores e da maioria empobrecida e sacrificada

O Comitê Executivo da COB lançou a convocatória, às centrais operárias dos estados, para organizar cúpulas para a “reconstrução econômica e financeira”, em todo o país. A convocatória veio acompanhada de um cronograma, determinando as datas em que as cúpulas estaduais devem ser realizadas. Na introdução da convocatória, se lê: “... O vice-ministério de Coordenação com Movimentos Sociais e Sociedade Civil organizou a primeira reunião interministerial com as organizações sociais do Pacto de Unidade e a Central Operária Bolívia... Nesta oportunidade, foram fixadas as diretrizes gerais para a realização dos eventos nos estados”.

O que está entre aspas, mais acima, mostra claramente o papel que cumprem os dirigentes da COB, de serviços do governo. O trabalho deles será estender o tapete ao governo, para

que os participantes se encontrem com a maioria de elementos politicamente controlados, que cumpram disciplinadamente as ordens do governo de turno. Neste cenário, os trabalhadores e setores sociais independentes serão uma insignificante minoria, esmagada pela massa governista.

Trata-se de outro circo a mais, para dar a impressão de que “o irmão Arce Catocora” tem controlado o país com mãos de ferro, para realizar as manobras mais cínicas, usando o conto de “reconstrução econômica”, e tratar de manter os bolivianos crédulos de que a genialidade do governante lhes salvará, diante do tormento da fome, gerado pela crise econômica e pandêmica.

O POR assinalou que esse milagre não chegará. Ainda que as metrópoles já estejam vivendo os sinais de uma recuperação, os países pobres e de economia combinada, como a Bolívia, tardarão muito mais para sair da presente crise. Ainda mais, quando os governantes se apressam em entregar os recursos

naturais do país às multinacionais imperialistas, esperando mitigar a fome com migalhas.

Neste contexto, o que farão as cúpulas? Limitar-se-ão a en-saiar alguns programas, orientados a desenvolver atividades econômicas, segundo as “especialidades produtivas de cada região”. Muitos desses programas permanecerão como simples enunciados, por falta de financiamentos e outros motivos. Se chegarem a ser executados, devido a sua pequenez, não terão nenhuma repercussão sobre a economia nacional.

Os trabalhadores e as organizações sociais independentes não podem, nem devem endossar este circo, com a sua presença. É preciso desmascarar a impostura, levantando as medidas urgentes para uma real reativação econômica, e que este governo não é capaz de cumprir, devido às suas limitações políticas. Exigir:

1. Imediata reintegração de todos os trabalhadores demitidos.
2. A nacionalização e estatização de todas as empresas de mineração em mãos das multinacionais e da empresa privada nacional, para que, nesta etapa de bons preços dos minerais, seja o Estado quem se beneficie, possibilitando o desenvolvi-

- mento de outros setores importantes da economia.
3. Estatização dos bancos privados, para desenvolver amplos programas de créditos, vantajosos para as empresas esta-tais, privadas e pequenos produtores autônomos.
4. Controle do comércio exterior e desenvolvimento de uma política proteção da produção nacional, estabelecendo tari-fas alfandegárias altas sobre os produtos estrangeiros.
5. Estatização e financiamento estatal para todas as empresas que, por motivos de crise, passaram para as mãos dos tra-balhadores.
6. Controle operário coletivo em todas as indústrias.
7. Exploração e industrialização do lítio, com plena soberania.
8. Investimento estatal para a exploração de novas fontes mi-nerais e petrolíferas no país.
9. Reversão das terras dos grandes latifundiários do Oriente.
10. Expulsão de todas as multinacionais que sugam os recursos naturais do país a um preço vil.

*(Extraído do Jornal Massas nº 2.664,
do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

Peru

Castillo capitula à ofensiva direitista

Em 28 de julho, Pedro Castillo tomou posse da presidência. Passaram-se nove dias, desde que confirmada sua vitória, e trinta, desde sua eleição no segundo turno, marcada pela resistência da candidata ultradireitista Keiko Fujimori em reconhecer a derrota.

Ocorre que a vitória de Castillo introduziu uma fissura no mecanismo eleitoral, montado pela direita e ultradireita durante décadas, para impedir a presidência de qualquer candidato que não seja do círculo da oligarquia dominante. A burguesia e os lati-fundiários se aborreceram com a ideia de um governo “esquerdi-zante” vir aplicar reformas econômicas, sociais ou fiscais – ainda que ultralimitadas –, que possam interferir em seus volumosos lucros. Ou mexer no controle ditatorial das instituições, apoiadas na casta de militares.

O reconhecimento de Castillo pelos EUA e grande parte dos governos latino-americanos, assim como a disposição das massas em defender seu candidato, mostraram que não havia como impe-dir Castillo, sem agravar a crise política e impulsionar luta de clas-ses. A direita decidiu, finalmente, reconhecer o novo presidente. Mas, logo começou a aproveitar seu controle sobre o Parlamento para condicionar o futuro governo e, se fosse necessário, removê-lo recorrendo ao impeachment.

A mudança na tática de enfrentamento ao governo rendeu seus primeiros frutos em 26 de agosto, quando da apresentação do novo gabinete no Parlamento, que devia ratificar ou rejeitar as designações do Conselho de Ministros, feitas por Castillo, e seu primeiro-ministro, Bellido. Os direitistas alertaram que ve-tariam os ministros com passado guerrilheiro, ou que propuses-ssem aprovar medidas que afetassem seus lucros (aumento do salário-mínimo, ampliação de direitos trabalhistas, etc.), ou alte-rar as estruturas de segurança nacional, herdadas das ditaduras militares.

O primeiro a cair foi o chanceler, Héctor Béjar, dias antes da sabatina parlamentar, por assinalar a responsabilidade das forças armadas na repressão, assassinatos, torturas e perseguições con-tra opositores, durante os anos de chumbo das ditaduras militar

e fujimorista. Depois, foi a vez do Ministro do Trabalho, Iber Ma-raví, “acusado” de participar de atentados terroristas do Sendero Luminoso. Suas renúncias foram exigidas por Bellido, a pedido de Castillo, objetivando, desse modo, facilitar a aprovação dos de-mais ministros.

A capitulação de Castillo possibilitou a aprovação condicional do restante, por 73 a 50 votos. Dizemos “condicional”, porque se exige a reavaliação dos indicados para Minas e Energia, Transpor-tes e Comunicações, Cultura, Defesa e Moradia.

O certo é que a renúncia de Castillo em defender seus minis-tros, ao invés de abafar a ofensiva da reação burguesa e latifundi-ária, acirrou-a. A direita almeja converter seu governo em refém do Parlamento, e colocá-lo rapidamente contra as massas, recor-rendo para isso ao controle da burguesia e latifundiários sobre a economia nacional. Está em curso o aumento dos preços dos produtos de consumo básico. O governo deve, logo de início, ser enfraquecido.

Em particular, o veto a Béjar teve por objetivo impedir que cumprisse sua promessa de retirar o Peru do Grupo de Lima, que serve aos objetivos intervencionistas dos EUA. No caso de Mara-ví, sua rejeição objetivou alertar ao governo que não se toleraria qualquer plano de medidas “progressistas” em matéria de direi-tos, salários e fiscal. Castillo se elegeu com a promessa de impor medidas fiscais, taxando as fortunas em nome dos empregos, e de proteger a pequena produção, por meio de subsídios.

O governo recém-eleito se mostrou refém do Congresso oli-gárquico, antes mesmo de dar os primeiros passos. Está fadado a se chocar com as necessidades elementares da maioria oprimida. Não demorará para revelar seu servilismo diante do imperialis-mo. A vanguarda com consciência de classe está diante da tarefa de ajudar os explorados a superarem as ilusões democráticas, a as-sumirem um programa próprio de luta, e a lutarem com suas pró-prias forças. A construção do partido marxista-leninista-trotskista no Peru tem a seu favor as tendências de luta, que se potenciam em toda a América Latina.

O drama afegão

Saudamos a expulsão do imperialismo e o direito à autodeterminação da nação oprimida

O Afeganistão declarou a sua independência no início do século XX, e manteve um regime monárquico até 1973, quando se estabeleceu a República do Afeganistão. Em 1978, a Revolução de Saur fundou a República Democrática do Afeganistão, com o apoio e intervenção da União Soviética, que deu início à guerra do Afeganistão (1978-1992), contra a guerrilha nacionalista islâmica, apoiada pelos Estados Unidos, Arábia Saudita, Paquistão e outras nações ocidentais e muçulmanas. Os soviéticos se retiraram em 1989. A guerra civil prosseguiu até que, em 1996, os Talibãs estabeleceram o Emirado Islâmico do Afeganistão, baseado na sua interpretação da Sharia.

O feudalismo era dominante: 5% dos proprietários possuíam mais de 50% das terras férteis. No Afeganistão, por volta de 97% das mulheres e 90% dos homens eram analfabetos; de um total de 17 milhões de habitantes, havia apenas 35 mil operários, mas 250 mil *mullahs* (seguidor do Corão); escassas indústrias e estradas; a expectativa de vida era de 42 anos, a mortalidade infantil era a mais alta do mundo; a metade da população sofria de tuberculose; um quarto, de malária, etc.

Com a ajuda da União Soviética e seus satélites, o setor estatal da economia era construído por várias empresas produtivas e de serviços, que proporcionavam a maior parte da produção.

Em 7 de outubro de 2001, em resposta aos atentados terroristas da organização Al-Qaeda (que operava no Afeganistão) contra o World Trade Center de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, o imperialismo estadunidense e os aliados da OTAN ocuparam militarmente o Afeganistão, um país mergulhado no atraso, e marcado historicamente por violentos conflitos políticos, religiosos e étnicos. Mas, geograficamente estratégico para os movimentos dos monopólios, que objetivavam cercar a Rússia e a China, para controlar as riquíssimas fontes de matérias-primas, especialmente petróleo, gás, minerais e lítio, que estão na base da luta pelo controle da riqueza nacional e dos mercados.

O retrato da barbárie social e as trágicas consequências da ocupação militar foram amplamente divulgados. Mas, não foram expostas as raízes econômicas, nem as relações sociais que estavam na base do intervencionismo: a imensa riqueza e a superioridade industrial e comercial das potências, que se valem das condições de atraso, do raquítico desenvolvimento das forças produtivas, e da miséria e fome que predominam nas semicolônias oprimidas pelo imperialismo.

Em 2014, os Estados Unidos e a OTAN declararam formalmente que terminaram a guerra, mas mantiveram tropas no país para apoiar o governo.

Esta observação sobre a história e economia do Afeganistão permite compreender o que ali ocorre. A monarquia implicou a preservação das relações feudais de produção no campo, e a maior parte da economia afegã, ao mesmo tempo que impulsionou uma limitada industrialização do país e, junto com ela, o estabelecimento de relações capitalistas de produção em coexistência com as primeiras.

A URSS, sob o controle estalinista, seguindo os seus interesses voltados ao impulso do desenvolvimento das forças produtivas no país, não conseguiu superar as relações pré-capitalistas dominantes, principalmente no agro-afegão. Relações que foram e são fonte de um forte localismo, expressado pelos *mujahidins*, ou senhores da guerra. Está ausente um comando unificado de

resistência aos invasores, primeiro os soviéticos e, depois, os norte-americanos. Os estalinistas preservaram a grande propriedade burguesa e feudal, em consonância com a teoria reacionária da “revolução por etapas”.

Logo após a queda do regime pró-soviético, se produziu um descomunal retrocesso nas condições de vida das massas, em especial das mulheres e crianças. O estancamento das forças produtivas se acentuou ainda mais, com a queda do regime Talibã, em 2001, propiciada pela OTAN. Fica evidente que o capitalismo, em sua fase de decadência imperialista, não é capaz de impulsionar o desenvolvimento harmônico das forças produtivas, que permita superar o atraso e a barbárie feudal vigentes no país.

O movimento de resistência antissoviético, expresso pelos *mujahidins*, foi um movimento reacionário pró-imperialista. Hoje, o movimento Talibã expressa de maneira bárbara a resistência da nação oprimida à opressão e saque imperialista. A luta legítima do povo afegão por sua autodeterminação contra as forças das potências invasoras mantém as suas raízes no predominante atraso pré-capitalista, com toda a herança do patriarcalismo em que vive a nação oprimida.

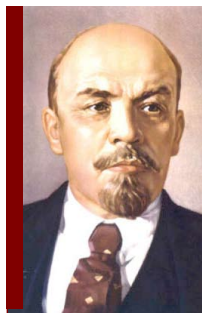
Apesar disso, os revolucionários não podem deixar de apoiar incondicionalmente os movimentos que encarnam o levante instintivo dos oprimidos contra a opressão social e nacional. É um princípio irrenunciável para os revolucionários, que sempre se colocam ao lado das massas oprimidas contra os opressores, apesar do reacionarismo e do obscurantismo religioso que podem adotar as suas particulares direções e métodos de luta, como é o caso dos Talibãs. Trata-se de defender incondicionalmente a expulsão do imperialismo e a autodeterminação da nação oprimida.

Mas, estamos conscientes de que, como todo movimento nacionalista, que respeita as relações de produção baseadas na propriedade privada burguesa e feudal, nessa medida, está condenado a terminar de joelhos diante do imperialismo. Este destino fatal se explica pela etapa em que vivemos, na fase de decadência do capitalismo imperialista, que implica a impossibilidade de conseguir um desenvolvimento integral das forças produtivas, no marco das relações capitalistas de produção.

O triunfo dos Talibãs mostra que é possível derrotar o imperialismo, e expulsá-lo da nação oprimida. No entanto, sem construir o partido marxista-leninista-trotskista, e sem elevar o proletariado à condição de classe independente, a ocasional derrota do imperialismo não pode transformar-se em um passo dos explorados no caminho da completa emancipação nacional, cujo fundamento reside na expropriação da grande propriedade privada monopolista, e na sua transformação em propriedade social. Somente por este caminho, se resolverão as tarefas democráticas nos países atrasados, e se superarão as heranças do patriarcalismo. O problema central é que o proletariado afegão constitui uma ínfima minoria, e sofre com a crise da direção revolucionária.

Uma vez mais se confirma que a tragédia da revolução afegã está na ausência do proletariado revolucionário, organizado em partido político, dotado de um programa revolucionário e internacionalista.

(Extraído do Jornal Massas n. 2.665, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, concluímos a exposição da X Conferência de toda a Rússia, realizada entre 26 a 28 de maio de 1921, cerca de dois meses antes, havia sido realizado o X Congresso, 8 a 16 de março. A Conferência se incumbiu de decidir sobre a Nova Política Econômica.

O XI Congresso, de 27 março a 2 de abril de 1922, teve como ponto principal a discussão sobre a aplicação da Nova Política Econômica. Observa-se, pela pauta, a preocupação com um balanço da intervenção do partido nas questões econômicas, ao mesmo tempo que se avaliava criticamente o funcionamento partidário. Os cinco primeiros pontos da pauta foram dedicados aos informes político e organizativo do Comitê Central; informe da Comissão Central de Controle; e informe da delegação do partido na Internacional Comunista. Em seguida, discutiu-se sobre os sindicatos; o Exército Vermelho; política financeira; e avaliação sobre a depuração do partido, o trabalho entre a juventude, a imprensa e a propaganda. O Congresso concluiu com a eleição do Comitê Central e da Comissão Central de Controle. Participaram do Congresso, 522 delegados, com voz e voto, 164, com apenas voz. Entre as resoluções, se destacaram *"Sobre o trabalho no campo"* e *"Sobre o fortalecimento do partido e suas novas tarefas"*. O maior embate se deu em torno à Nova Política Econômica. Os opositores às diretrizes, neste particular, foram E.A.Preobrazhenki, N.Osinski, I.Larin e A.G.Shliápnikov. Preobrazhenki apresentou a tese *"Os princípios fundamentais da política do PCR no campo atual"*, que foi combatida por Lênin.

Esse foi o primeiro Congresso a ser realizado depois de um ano, sem que houvesse intervenção e invasão dos países capitalistas na Rússia soviética. Esse fato tinha enorme importância, porque permitia restabelecer a economia arruinada, e dar passos à frente, no fortalecimento das conquistas da revolução proletária.

Depois das considerações iniciais da abertura do Congresso, Lênin discorreu sobre o *"Informe político do Comitê Central do PC(b)R"*. Reconhece que o principal aspecto era a Nova Política Econômica. Em primeiro lugar, era necessário *"comprovar se foi estabelecido efetivamente um vínculo com a economia camponesa"*. Na base da Nova Política Econômica, estava o objetivo de superar o isolamento da *"economia que se organizava nas fábricas nacionalizadas, socializadas"*, em relação à *"economia camponesa"*. O problema era saber, portanto, até que ponto se havia conseguido cumprir esse objetivo. Concretamente, tratava-se de determinar em que grau as massas camponesas sentiam melhorias nas suas condições de existência e, assim, pudessem reconhecer *"o trabalho que se realiza em nome dos distantes ideais socialistas"*. Lênin explica: *"Nosso objetivo é restabelecer o vínculo, demonstrar, com fatos, aos camponeses, que começamos por aquilo que eles conhecem, compreendem, e agora lhes é acessível, apesar de sua miséria, e não por algo distante e fantástico, do ponto de vista do camponês"*.

O Estado soviético e o partido seriam reconhecidos pelos camponeses, caso o resultado da Nova Política Econômica fosse palpável. Para isso, foi necessário realizar um retrocesso, ao estimular a agricultura mercantil. É sobre essa base que o Con-

gresso deveria avaliar o que foi realizado, durante um ano. Eis a conclusão: *"Se o retrocesso condiz com uma tática acertada, devemos unir-nos às massas camponesas, enquanto realizamos o retrocesso, e com elas marcharemos adiante, cem vezes mais lenta, mas firme e inflexivelmente, de tal forma que sempre vejam que marchamos realmente adiante. Então, nossa causa será absolutamente invencível (...)".* Aí vem a crítica de Lênin: *"Até agora, neste primeiro ano, não o temos levado à cabo"*. Tratava-se, assim, reconhecer o enorme perigo que representaria o fracasso da Nova Política Econômica.

Lênin chama a atenção do Congresso para que tenha uma clara noção da distinção entre o período da revolução e o da construção do socialismo. No primeiro caso, se lutava pelo programa e por sua demonstração. No segundo, o partido luta por realizá-lo, o que exige enfrentar os reais obstáculos ditados pela situação objetiva. O que impunha um retrocesso, em busca de uma melhoria das condições de produção dos camponeses. A produção camponesa, para ser comercializada, e, inclusive, as *"sociedades mistas"* formadas com a participação de capitalistas privados, era claramente um retrocesso, mas necessário para mover a economia, manter a confiança dos camponeses, e impulsionar a grande indústria socialista.

Lênin insiste em demonstrar que os comunistas precisam aprender a lidar com a economia real. É um erro não querer aprender a comercializar, para fazer frente à necessidade de criar vínculos com os camponeses, e usar determinadas relações capitalistas, para tirar proveito em favor do fortalecimento da indústria estatal e da economia em geral.

Essas formulações levaram *"ao problema do capitalismo de Estado"*. Eis o ponto de partida da discussão: *"O capitalismo de Estado, segundo a bibliografia sobre problemas econômicos, se refere ao que existe sob o sistema capitalista, onde determinadas empresas capitalistas se encontram sob o controle direto do Estado. Mas o nosso é um Estado proletário, se apoia no proletariado, dá ao proletariado todas as vantagens políticas, e, por intermédio do proletariado, atrai as camadas baixas do campesinato (...)".* Lênin assinala que não há uma teoria sobre *"um capitalismo de Estado do tipo como o nosso, pelo sensível motivo de que todas as noções habituais relacionadas com essas palavras se associam à dominação burguesa na sociedade capitalista"*. E conclui: *"O capitalismo de Estado é o capitalismo que devemos limitar dentro de certo marco, mas ainda não temos aprendido a limitá-lo dentro desse marco. Isso é o essencial. E como será esse capitalismo de Estado, depende de nós. Temos suficiente poder político (...), também temos à nossa disposição suficientes recursos econômicos, mas a capacidade da vanguarda da classe operária, chamada a dirigir diretamente, a determinar as fronteiras, a fixar os limites, a subordinar e não ser subordinada, não é suficiente. Para isso, o que nos falta é capacidade (...)".*

A Nova Política Econômica suscitou, como se vê, discussões inteiramente novas. Lênin chama a atenção do Congresso para uma *"situação em que o proletariado, a vanguarda revolucionária, tivesse suficiente poder político, e em que o capitalismo de Estado se colocasse diante dela"*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXXV, Akal Editor)